



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXVII — N.º 1

SÁBADO, 1.º DE ABRIL DE 1972

BRASÍLIA — DF

ATA DA 1.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE MARÇO DE 1972

Destinada à Solenidade de Instalação da
2.ª Sessão Legislativa Ordinária, da
7.ª Legislatura.

PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

As 10 horas, acham-se presen-
tes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesqui-
ta — Flávio Brito — José Lindoso —
José Esteves — Cattete Pinheiro —
Milton Trindade — Renato Franco —
Alexandre Costa — Clodomir Milet —
José Sarney — Fausto Castello-
Branco — Petrónio Portella — Helvi-
dio Nunes — Virgílio Távora — Wal-
demar Alcântara — Wilson Gonçalves —
Dinarte Mariz — Duarte Filho —
Jessé Freire — Domicio Gondim —
Milton Cabral — Ruy Carneiro —
Wilson Campos — Arnor de Mello —
Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela —
Augusto Franco — Leandro Maciel —
Lourival Baptista — Antônio Fer-
nandes — Ruy Santos — Eurico Re-
zende — João Calmon — Paulo Tôr-
res — Vasconcelos Torres — Benja-
min Farah — Danton Jobim — Fran-
co Montoro — Emival Caiado — Osi-
res Teixeira — Fernando Corrêa —
Filinto Müller — Saldanha Derzi —
Accioly Filho — Matos Leão — Ney
Braga — Antônio Carlos — Celso Ra-
mos — Lenoir Vargas — Daniel Krie-
ger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E os Srs. Deputados:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nos-
ser Almeida — ARENA; Ruy Lino —
MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Pe-
res — ARENA; Raimundo Parente —
ARENA; Vinicius Câmara — ARENA;

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison
Bonna — ARENA; Gabriel Hermes —
ARENA; João Menezes — MDB; Jú-
lio Viveiros — MDB; Pedro Carneiro
— ARENA; Stélio Maroja — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Euri-
co Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz
— MDB; Henrique de La Rocque —
ARENA; João Castelo — ARENA; Nu-
nes Freire — ARENA; Pires Saboia
— ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Ca-
valcanti — ARENA; Milton Brandão
— ARENA; Paulo Ferraz — ARENA;
Pinheiro Machado — ARENA; Severo
Eulálio — MDB; Sousa Santos —
ARENA.

Ceará

Alvaro Lins — MDB; Flávio Marci-
lio — ARENA; Furtado Leite — ARE-
NA; Hildebrando Guimarães — ARE-
NA; Jonas Carlos — ARENA; Leão
Sampaio — ARENA; Manoel Rodri-
gues — ARENA; Marcelo Linhares —
ARENA; Oziris Pontes — MDB; Os-
sian Araripe — ARENA; Paes de An-
drade — MDB.

Rio Grande do Norte

Djalma Marinho — ARENA; Gri-
maldi Ribeiro — ARENA; Pedro Lu-
cena — MDB; Vingt Rosado — ARE-
NA.

Paraíba

Antônio Mariz — ARENA; Cláudio
Leite — ARENA; Janduhy Carneiro
— MDB; Petrónio Figueiredo — MDB;
Teotônio Neto — ARENA; Wilson
Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Carlos
Alberto Oliveira — ARENA; Fernan-
do Lyra — MDB; Geraldo Guedes —
ARENA; Gonzaga Vasconcelos —
ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins
e Silva — ARENA; Marco Maciel —
ARENA; Marcos Freire — MDB; Tha-
les Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José
Alves — ARENA; José Sampaio —
ARENA; Vinicius Cansanção —
MDB.

Sergipe

Francisco Rollemberg — ARENA;
Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernan-
do Magalhães — ARENA; Francisco

Pinto — MDB; João Alves — ARENA;
Luiz Braga — ARENA; Odolfo Domín-
gues — ARENA; Prisco Viana — ARE-
NA; Theódulo de Albuquerque —
ARENA; Vasco Neto — ARENA.

Espirito Santo

Dirceu Cardoso — MDB; Elcio Al-
vares — ARENA; José Carlos Fonse-
ca — ARENA; Oswaldo Zanella —
ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alberto Lavinas — MDB; Ario
Theodoro — MDB; Dayl de Almeida
— ARENA; Daso Coimbra — ARENA;
José da Silva Barros — ARENA; Luiz
Braz — ARENA; Peixoto Filho —
MDB; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de
Norões — MDB; Eurípides Cardoso
de Menezes — ARENA; JG de Araújo
Jorge — MDB; Lisâneas Maciel —
MDB; Osnelli Martinelli — ARENA;
Reynaldo Santana — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Aureli-
no Chaves — ARENA; Carlos Cotta —
MDB; Delson Scarano — ARENA; Ed-
gard Pereira — ARENA; Elias Carmo
— ARENA; Fábio Fonseca — MDB;
Francelino Pereira — ARENA; Geral-
do Freire — ARENA; Homero Santos
— ARENA; Hugo Aguiar — ARENA;
João Guido — ARENA; Jorge Vargas
— ARENA; José Bonifácio — ARENA;
Manoel de Almeida — ARENA; Ma-
noel Taveira — ARENA; Murilo Ba-
daró — ARENA; Nogueira de Rezen-
de — ARENA; Padre Nobre — MDB;
Paulino Cicero — ARENA; Renato
Azeredo — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Al-
feu Gasparini — ARENA; Arthur
Fonseca — ARENA; Athié Coury —
MDB; Baptista Ramos — ARENA;
Cantídio Sampaio — ARENA; Chaves
Amarante — ARENA; Diogo Nomura
— ARENA; Faria Lima — ARENA;
Francisco Amaral — MDB; Freitas
Nobre — MDB; Ildélio Martins —
ARENA; Italo Fittipaldi — ARENA;
José Camargo — MDB; Mauricio To-
ledo — ARENA; Paulo Alberto —
ARENA; Pereira Lopes — ARENA;
Plínio Salgado — ARENA; Ruydal-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

meida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasílio Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; João da Câmara — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA.

Paraná

Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvahó — ARENA; Ardinall Ribas — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Mario Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Silvio Barros — MDB; Tulio Vargas — ARENA;

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Ary Alcântara — ARENA; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Favaco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARE-

NA; Lauro Rodrigues — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Isseler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Sylvio Botelho — ARENA.

(Compõem a Mesa, à direita do Sr. Presidente, o Sr. Deputado Pereira Lopes, Presidente da Câmara dos Deputados, e os Srs. Senadores Clodomir Milet e Duarte Filho, respectivamente, 2.º e 4.º Secretários; à esquerda, os Srs. Senadores Ney Braga e Guido Mondin, respectivamente, 1.º e 3.º Secretários.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está aberta a sessão.

Declaro instalada a 2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura.

Corpo 7

(Neste momento é executado o Hino Nacional nas galerias, ouvido de pé por todos os presentes. A tropa, no exterior, presta as continências de estilo. É hasteada a Bandeira Nacional nos mastros das duas Casas do Congresso Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sr. Presidente Pereira Lopes; Srs. Embaixadores; Srs. Ministros de Estado do Trabalho, Transportes, Aeronáutica, Indústria e Comércio; Sr. Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Sr. Presidente do Tribunal Federal de Recursos; Sr. Procurador Geral da República; Sr. Comandante da 11.ª Região Militar; Sr. Comandante da 6.ª Zona Aérea; Sr. Comandante Naval de Brasília; Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Fe-

deral; Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União; Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal; Srs. Congressistas; meus Senhores e minhas Senhoras,

O dia santificado, feito para a meditação e a prece propício nos seja pedir, confiantes Naquele que, hoje, renova, na liturgia, seu sacrifício pela salvação da humanidade, nos inspire e eleve ao alto plano da vida pública, onde devemos sempre servir e atuar, em trabalho obstinado de quem não vacila, não teme, não esmorece, antes, confia e se empenha e luta empolgado pela mensagem nova, não obstante mais de 1900 anos.

Sob tão alta proteção, nosso Plenário funciona, com novas instalações, mercê da operosidade da Mesa Diretora da Câmara, à frente o Presidente Pereira Lopes, para um novo período de atividades que sabemos difícil, pela ignorância de uns, desinformação de tantos, o que é pior, indiferença de muitos e hostilidades, felizmente, de poucos.

A tudo que negativo fôr, temos de opor a eloquência dos fatos, acina do brilho da tribuna, num processo de persuasão insistente, visando a demonstrar que não há instituição que possa, no regime democrático, substituir com eficiência o que compete ao nosso Poder. As fórmulas preconizadas são sempre, além de mais onerosas, desvirtuadoras da representação popular, restritivas das liberdades, aliciadoras do suborno e fundamentadas na coação que esteriliza os espíritos e inquieta as Nações. Se no mundo moderno não lhe cabe mais o desempenho de certas atribuições, outras há de importância inegável que hão de ser exercidas, em apoio e ajuda aos outros Poderes, em defesa dos direitos individuais e, sobretudo, para que o Estado possa, com a co-responsabilidade de todos, vale di-

zer, com o consenso da Nação, atingir os fins de proteção geral, sob a égide do desenvolvimento estável, só alcançável com segurança e paz, que não subsistem em divórcio com a Justiça.

Sem conta são as dificuldades que se nos antepõem, geradas, não raro, também no nosso seio, pela incompreensão de funções que nos competem — altas, nobres e fecundas — não sendo, todavia, as que, no passado, nos foram deferidas e, porque inadequadas, mais constituíram fontes de desgaste que de prestígio.

Que resolutamente nos entreguemos ao cumprimento de nossa missão constitucional, em defesa da sociedade à mercê de todas as mensagens políticas desagregadoras que, sem barreira minam campos e cidades, invadem os lares, marcam de desencontros gerações, desagregam a família, dissolvendo vínculos nobres, destruindo crenças e gerando conflito, se não desespero.

Eis o legado que recebeu nossa geração: o espetáculo da conquista da lua, o domínio total do homem sobre a natureza, o gigantismo das corporações multinacionais, destituídas de outra motivação que não seja o lucro, as armas atômicas criando o falso equilíbrio do terror, e o homem, diante do mundo transformado, atônito e sem força para deter a máquina que ele criou e não sabe como fazê-la parar. Sociedades e Nações, na instabilidade das mutações vertiginosas, assistindo à morte das crenças e ao império dos interesses ocasionais.

E o homem? O Estado? Seu papel e seu destino?

São perguntas que imperiosamente não de ser feitas, para que sintamos necessidade de mudar, de adequar à nossa realidade instituições condicionadas ao que próprio nos é, sendo ainda afinadas aos tempos novos, para que, vigorosas resistam aos impactos de todas as direções e procedências.

Cremos na vida democrática — que exclui ou, pelo menos, diminui o arbítrio — reino onde os direitos protegem todos os cidadãos. Nela, todavia, meios eficientes não de ser dados ao Estado, na medida dos ataques possíveis ao organismo social. Mas nos recusamos a aceitar a tese que, a pretexto de proteger o homem, o desempare, atribuindo-lhe direitos que são usufruídos por poucos, enquanto a massa viva marginalizada, sob o panperismo desumanizante. Os reclamados direitos do homem encobrem uma realidade excludente da proteção da Justiça.

Repelimos a posição dos que justificam a miséria extrema como fataldade a que está condenada uma grande parte da humanidade, ou acenam com soluções enganadoras que consistem em distribuir o que é necessário mobilizar para a superação do sub-

desenvolvimento, porque acreditamos na sociedade livre e aberta, e a estamos construindo sob a guarda e controle do Estado, a corrigir os desvios da economia, sujeitando-a ao império da Justiça Social.

Que a liberdade seja mais que um direito, constitua a força propulsora da solidariedade que integre todos na obra comum de desenvolvimento. Que nunca seja arma de uns contra todos, contra a Sociedade e o Estado. Que a violência encontre a máquina estatal com prontos instrumentos de autodefesa. Que os surtos terroristas, qualquer que seja o manto em que se embucem ou disfarcem tenham a resposta tão incontestável quanto eficiente.

Arregimentem-se todos os que tenham a oferecer subsídios à consolidação do regime democrático, a serviço do homem de todos os quadrantes da Pátria.

As idéias que hão de moldar as instituições duradouras serão as inspiradas na realidade que soubermos compreender e interpretar. Não cremos em soluções dogmáticas, muito menos, em fórmulas ortodoxas, que servirão a tempos que se foram e contemplaram situações hoje mortas ou diversas das que se nos apresentam, e exigirem de nós imaginação criadora.

Desde o mundo que nos rodeia ao que de nós mais se afasta, tudo muda, exigindo-nos determinação e coragem e, assim, o que edificarmos não será resultante de idéias ultrapassadas, mas modelos vivos e dinâmicos, a servirem eficientemente a sociedade de nossos dias.

No Brasil, a intervenção estatal dá novos rumos à economia, estimulando a iniciativa particular, erguendo-a, nas crises, suprimindo-a na necessidade, mas lhe impondo as correções, e dela recebendo os subsídios indispensáveis à promoção e defesa do homem que só se realiza integrado numa sociedade justa e livre.

No âmbito político, que se cristalizem as fórmulas que visam ao essencial: à defesa dos direitos individuais que só se podem afirmar se a autoridade contiver os predeterminados abusos da liberdade que consistem em usá-la para destruí-la.

Suspeitos são os que, a pretexto de preservar o regime democrático, pretendem o Estado omissor ante a ação militante dos contestadores do organismo social. Não raro mostram ou entremostam simpatia por regimes que desnaturam o homem, fazendo-o mera peça de uma engrenagem totalitária.

As comunicações facilitam as mensagens negativistas e as barreiras não existem às pregações mais destruidoras. E se esse é o clima que sujeita a Nação a todos os ataques, urge tomarmos consciência dos perigos para

que aperfeiçoado seja o regime em definitivo, em que a autoridade garante a liberdade, sem esquecer a segurança.

Nos nossos dias, os fatos podem tardar, mas as idéias, em difusão multiplicada, promovem, integram e frustram, aproximam ou afastam homens e Nações.

Hoje, o Estado tem de ser mais ágil que os ataques dos que queiram destruí-lo.

Fleis a esses postulados, Senhores Congressistas, vamos consolidar e construir nossas Instituições políticas, contemplando o essencial, sem vermos o que eventualmente possa contrariar opiniões ou pretensões de cunho estritamente pessoal.

De nosso gênio criador, de nossa capacidade de ação, de nosso idealismo, que exigem obstinação e sacrifício, façamos, Oposição e Governo, dos Partidos o instrumento político de um País adulto, capaz de, no debate que implica no dissenso e na disputa, convencer e conduzir o povo à participação consciente do processo de desenvolvimento nacional, que inclui o processo político.

E ao Congresso, que queremos reformado e habilitado a um trabalho ainda mais eficiente, que todos, motivados pelos compromissos partidários, possamos dar-lhe a dimensão política sem a qual a democracia fica a flutuar, instável, entre o jogo personalista de líderes sem mensagens e a aventura dos que, valendo-se dos carismas, substituem Instituições protetoras por místicas truncadoras da História.

E nesta data histórica, de 31 de março, muito temos a assinalar de uma Revolução para que reforcemos a confiança no País.

No âmbito externo, uma política se define, de forma nítida e clara. E evidencia-se, nela, um objetivo: o interesse nacional. Sem prevenções ou preconceitos, sem apoios incondicionais, e fiel à linha de defesa das Nações em desenvolvimento, o Brasil conquista uma posição respeitável, na comunidade internacional.

E ostenta, em seu favor, índices incontestáveis que testemunham um esforço hercúleo. Temos um Plano de Desenvolvimento Nacional. Cresce o produto interno bruto; as forças produtoras ganham todos os estímulos, entre os quais a segurança para o trabalho; os trabalhadores vêem, no Sindicato, fontes novas de atração e recebem o apoio do Estado, que abdica do que lhe cabe para que se constitua o Plano de Integração Social. E a maior participação estável e efetiva do trabalhador nos frutos do desenvolvimento. E o servidor público, sob o arrimo de um patrimônio que lhe ajudará a velhice. E o FUNRURAL já operando, com sua ação, autêntico mi-

lagre no campo, erguendo o homem e lhe dando consciência de que pode ser e será agente do engrandecimento nacional. É o PROTERRA organizando-se, para realizar a reforma agrária. É o PROVALE ampliando as perspectivas de uma região nordestina. O PRODOESTE inclui-se, no sistema integrado, incorporando área vasta e promissora à vida nacional. É a Amazônia que se abre não à aventura de alguns, nem à cobiça estrangeira. As estradas lhe penetram as entranhas, onde brasileiros de todos os quadrantes realizam o sonho de várias gerações, plantando, construindo, arrancando da terra o muito que ela pode dar, amando, fazendo amazônicos os filhos, ganhando a terra grandiosa e assustadora, na contemplação e nos devaneios, mas, de fato, dádiosa e fecunda, para a raça de bandeirantes e pioneiros, a repetir, em nossos dias, os lances heróicos que engrandeceram, no passado, a Pátria. São os recursos, pela ação pioneira do Estado, transformando-se celeremente em riquezas. É o MOBREAL motivando todos, para a destruição do analfabetismo. São as Universidades que se abrem à juventude, sob novas inspirações excludentes da rotina e do conformismo e a descortinarem amplos horizontes, através da renovação constante e indispensável à qualificação dos recursos humanos. Se nos foi dado contribuir para melhorar o País, este será no futuro o que soubermos fazer dos nossos filhos. E eis que as Universidades não, apenas, multiplicam as oportunidades, mas forjam, no trabalho e no estudo orientados, os dirigentes de um mundo melhor. É, em suma, o brasileiro, através de todas as classes, compoendo a tessitura Estado — Sociedade. Aquele, protegendo, disciplinando, corrigindo, criando. Esta, ganhando condições de expansão e crescimento.

E como persistem desequilíbrios regionais, a ação do Estado não se omite. Estuda, inova e abre caminhos. Não fora isso e o Nordeste estaria minado pela descrença e pelo desespero. Mas, consciente, sabe que as distorções não se eliminam senão através da conjugação de medidas sucessivas, que exigem tempo. E não temos dúvida de que a política eliminadora das disparidades continua, buscando aperfeiçoar-se, para salvar, finalmente, das carências materiais, o Nordeste, rico, mercê de Deus, de provisões espirituais.

Perdoem-nos, Senhores Congressistas, a digressão. Ela não tem o sentido da louvação, pois ilustra a tese de que é preciso ver, em termos globais, o sentido e a direção da política brasileira, o homem — sua proteção e seu destino, humano e cristão.

Que, ao se iniciarem os nossos trabalhos, pensemos acima de nós de nossos desalentos e de nossas tristezas e marchemos, com a resolução dos

que não se sabem deter ante temores ou dúvidas, e saibamos dar de nós à Pátria, na imitação de Cristo, o que melhor tivermos. Voltados para o amanhã que será dos que, a caminho, já vêm receber de nós a sociedade que estamos construindo.

Bem sei que muitos se tentam afirmar negando a Instituição, a pretexto de defendê-la. Forma oblíqua de negar e contestar o regime.

Recusamo-nos, após rigorosa auto-crítica, a aceitar a tese de que o período próximo findo não tenha sido fecundo. Os fatos aí estão e nos é fácil demonstrar o quanto fizemos para o aperfeiçoamento das proposições legislativas. Improdutivo pode ter sido para os que alimentam a idéia de que a missão do Congresso é no sentido do confronto com o Executivo, como se não estivessem vinculados politicamente e a maioria não integrasse um Partido. Se comum é a missão, maioria partidária e Executivo não de entender-se sempre na fixação das diretrizes político-administrativas da Nação.

Se há instituições criadas para harmoniosa convivência, sob os influxos de normas partidárias, não entendemos como a dissensão seja o elemento aferidor de trabalho eficiente e patriótico.

Compreender diversamente nossos compromissos é negar responsabilidades, é qualificar subalterno o que constitui o estrito cumprimento do dever; é estimular a contraposição da opinião individual às diretrizes coletivas, a que todos se sujeitam, Oposição e Governo, ao optarem por legendas.

Não queremos a complacência com o que não se ajustar à compostura, à honradez. Que proclamem nossos erros e isso nos ajudará. Mas que não transformem o acerto de nossas posições em ato desprovido de altivez e brio, honestidade e espírito público, simplesmente porque seguimos o caminho que o Partido nos aponta. Integramo-lo, por livre vontade, antes de sermos parlamentares.

Nossa palavra, neste dia que relembra o Sacrifício, mas anuncia a Aleluia, é de justificadas esperanças.

Somos um Poder que se renova, para fazer melhor sua contribuição ao País. Debatendo os problemas, aperfeiçoando as Instituições, fiscalizando, através de novos instrumentos legais, a ação do Poder Público, alteando neste Plenário a voz do povo, este período legislativo, a que solenemente damos início, há de engrandecer o Congresso Nacional.

E nele cremos porque o sabemos mobilizado para o desempenho de suas funções. Que todos o vejamos, despojados de apriorismos e, realisticamente, acionando os seus instrumentos ao nosso alcance. Somos um Poder armado pela força que soubermos em-

prestar à nossa atuação vinculada aos Partidos e indefectivelmente voltada para o desenvolvimento do País, sob o regime de nossa eleição — o regime democrático. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está presente na Casa o Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, portador da Mensagem Presidencial.

Solicito aos Srs. 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados e Líderes de ambas as Casas do Congresso Nacional, que introduzam S. Ex.^a no Plenário.

Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no recinto o Sr. Professor Leitão de Abreu, que faz entrega da Mensagem Presidencial e, em seguida, vai ocupar o lugar reservado a S. Ex.^a em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura da Mensagem do Exmo. Sr. Presidente da República.

É lida a seguinte

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Não declinou ou esmoreceu, no ímpeto com que vem sendo marcada, a diligência com que o Governo da Revolução promove a prosperidade, o bem-estar e a segurança do País, objetivos que são perseguidos, assim, com a mesma disposição de ânimo, com igual imaginação, perseverança e senso prático.

Respondendo ao conjunto de providências tomadas para incrementar, ainda mais, a criação de riqueza, a expansão da economia atingiu proporções inéditas, abrindo para a sociedade brasileira perspectivas promissoras quanto à elevação do nível de vida.

Paralelamente às medidas para estimular o crescimento econômico, concentraram-se energias na concretização dos planos para aumentar a eficiência administrativa, desenvolver socialmente o País e fortalecer cada vez mais a unidade nacional.

Com a utilização de todos os recursos financeiros disponíveis, com o emprego de largo contingente de recursos humanos, com o apelo ao pioneirismo de nossa gente, continuou-se, em grande escala, o processo de incorporação à economia brasileira de grandes porções do território pátrio, ou totalmente inexploradas ou não aproveitadas convenientemente, ampliando-se destarte as nossas fronteiras sociais.

Dentro de um mundo que se diz finito, porquanto nele já não existe território vazio da jurisdição de soberania nacional, processa-se, pois, entre nós, com entusiasmo, um como redescobrimiento do Brasil, cujo espaço útil se alarga, dessa maneira, para ser fecundado, em proveito da comunidade, pela nossa energia cria-

dora. A par disso, em face de um mundo que já se inquieta com a eventual exaustão dos recursos naturais, cresce, a cada passo, por via do vigente sistema de pesquisa, montado em bases racionais e eficazes, o inventário das riquezas do nosso subsolo, prenunciando-se, nesse campo, a existência de reservas que autorizam-se nutra a expectativa de posição privilegiada, capaz de incutir justificada confiança e tranqüilidade quanto ao futuro.

Derrubam-se, por outro lado, metódica e tenazmente, mediante a progressiva democratização do ensino, as barreiras, que dividem certos estratos da população. Articulam-se para isso providências de grande alcance, todas em pleno desenvolvimento. Na gama das medidas com que se procura, a todo custo, cumprir esse imperativo, não podia faltar, para resgate de grave débito social, a palpitante cruzada, sobre cujo êxito já não é possível duvidar, pela eliminação, do quadro da sociedade brasileira, da enorme legião dos iletrados. De outra parte, pela interpenetração física das zonas culturais, proporcionada pela contínua expansão da rede de transportes, bem como pela difusão da palavra e da imagem, levadas aos pontos mais longínquos do território brasileiro, acentua-se, com a afinidade espiritual, acarretada por esse processo de comunicação, o sentimento de coesão social, impreterível para a execução das transcendentes tarefas, que nos cumpre realizar em comum, em benefício do País.

Entre as questões que com maior instância batem às portas da autoridade federal está a proveniente das disparidades regionais, que se refletem fundamentalmente sobre as condições de vida nas zonas menos aquinhoadas pela natureza e pelo progresso econômico. Solicitude especial tem sido e continuará a ser conferida, em consonância com a filosofia social do regime, à solução dos problemas que afligem essas regiões, a fim de que possam fruir os seus habitantes, como têm jus, os benefícios do desenvolvimento econômico e social da Nação.

No extenso catálogo dos cometimentos de caráter social, pelos quais são acudidos os economicamente fracos, a fim de se lhes proporcionar melhoria das condições de vida e garantir a todos o mínimo vital, cumpre mencionar, pelo particular significado que reveste, o plano de distribuição, pelo poder público, gratuitamente se necessário, de produtos farmacêuticos, forma pela qual será assegurado a consideráveis segmentos da população brasileira o acesso aos frutos do progresso científico, no que concerne aos recursos medicinais para manter ou recuperar a saúde. Os demais planos e programas, clara e racionalmente delineados, definem os propósitos que presidem à ação go-

vernamental, bem como os campos sobre os quais esta se exercerá. A transformação em realidade desses planos e programas requer, no entanto, especial eficiência da organização administrativa, que, por sua vez, somente renderá o que dela se espera se dispuser, nos seus quadros, de elemento humano altamente capacitado para o desempenho das funções, a cada momento mais complexas, que lhe toca desempenhar. Persistir-se-á, pois, no desdobramento de medidas pelas quais se refundirá o sistema de pessoal, para que, em prazo breve, o serviço civil possa desincumbir-se cabalmente dos novos e importantes encargos que sobre ele recaem.

As mudanças que se registram na sociedade, sob o influxo de fatores peculiares ao nosso tempo, pedem produção legislativa capaz de modelar prontamente esquemas jurídicos de comportamento adaptados às novas circunstâncias. Cumpre, assim, ao legislador, para disciplinar o novo estilo de relações sociais, instituir, a par das já existentes, normas de direito de caráter inédito. Mas cumpre-lhe, também, rever e corrigir, diante dos novos princípios que se insinuam no ordenamento jurídico, as feições do direito vigente.

Não basta, contudo, criar novas regras de direito material com o objetivo de acudir às exigências postas pelas modificações que se operam na sociedade. É mister, ainda, que essas normas, ao invés de permanecerem como simples princípios gerais e abstratos dominem imperiosamente o comportamento de seus destinatários, concretizando-se, na ordem dos fatos, em padrões de conduta real e efetiva.

Na reforma das leis processuais, cujos projetos se encontram em vias de encaminhamento à consideração do Congresso Nacional, cuida-se, por isso, de modo todo especial, em conferir aos órgãos jurisdicionais os meios de que necessitam para que a prestação da justiça se efetue com a presteza indispensável à eficaz atuação do direito. Cogita-se, pois, de racionalizar o procedimento, assim na ordem civil como na ordem penal, simplificando-lhe os termos de tal sorte que os trâmites processuais levem à prestação da sentença com economia de tempo e despesas para os litigantes. Evitar-se-á, assim, o retardamento na decisão das causas ou na execução dos direitos já reconhecidos em juízo. No tutelar-se por essa forma o interesse das partes e a dignidade da justiça, seguir-se-á, aliás, o caminho facultado pela Constituição vigente, quando no artigo 112, parágrafo único, dispõe: "Para as causas ou litígios, que a lei definirá, poderão ser instituídos processos e julgamento de rito sumariíssimo, observados os critérios de descentralização, de economia e de comodidade das partes".

Além dessas, outras questões, todas de suma relevância, serão levadas à apreciação do Congresso Nacional pelo Poder Executivo, animado sempre da certeza de que encontrará em Vossas Excelências a mesma e invariável disposição de bem servir, com discernimento e espírito público, os superiores interesses da Nação.

Brasília, 31 de março de 1972. —
Emílio Garrastazu Médici.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), promulgado pela Lei n.º 5.727/71, iniciou o ciclo de programações globais sistemáticas, e se destina a assegurar continuidade do crescimento brasileiro a taxas entre 8% e 10% ao ano, dobrando a renda per capita nacional até o ano de 1980.

Propõe-se também assegurar níveis internacionais de eficiência aos setores públicos e privados; articular harmonicamente União e Estados, regiões desenvolvidas e em desenvolvimento, empresas e trabalhadores; implantar novos instrumentos para modernizar a empresa nacional; implementar Política Tecnológica Nacional para aceleração e orientação da transferência de tecnologia para o País; efetivar política de aproveitamento dos recursos humanos como fator de produção e de consumo, propiciando a expansão das oportunidades de emprego a taxas superiores às do crescimento da oferta de mão-de-obra; realizar Estratégia Regional para efetivar a Integração Nacional; assegurar a participação de todas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento, bem como a descentralização do poder econômico; e desenvolver estratégia econômica externa para utilizar as oportunidades de aceleração do crescimento nacional mediante maior articulação com a economia mundial.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em 1971, foi de 11,3% e o índice de elevação do custo de vida (Guanabara) declinou de 20,9% em 1970, para a ordem de 18% em 1971.

As exportações situaram-se em torno de US\$ 2,9 bilhões, e a parte relativa a manufaturados continuou evoluindo favoravelmente, alcançando total de US\$ 616 milhões.

O balanço de pagamentos registrou superavit global de US\$ 536 milhões, e as reservas cambiais situaram-se, no fim do exercício, ao nível de 1 bilhão e 721 milhões de dólares, enquanto a execução orçamentária da União apresentou déficit de apenas 672 milhões de cruzeiros, financiado sem recurso a emissões. Em termos percentuais, relativamente ao PIB, o déficit passou de 0,4% em 1970, para 0,2% em 1971.

Na área monetária, observou-se expansão de 31% nos meios de pagamentos e aumentou em pouco mais de 40% o crédito bancário ao setor privado.

Dentro da programação global definida no PND, são objetivos do Governo, no exercício de 1972:

- Manter o elevado ritmo de crescimento da economia, obtendo-se, pelo quinto ano consecutivo, taxa de aumento do Produto Interno Bruto acima de 9% ao ano.
- Reduzir a taxa de inflação.
- Obter aumento da ordem de 15% nas exportações, alcançando-se nível em torno de US\$ 3.300 a US\$ 3.400 milhões.
- Controlar o déficit do Tesouro, com manutenção dos critérios de não elevar alíquotas de impostos e ser efetivado integralmente o seu financiamento sem recursos a emissões.

A atuação governamental concentrar-se-á, em 1972, nos seguinte campos:

- Implementação dos grandes projetos prioritários já em execução, tais como: PIN, PROTERRA, PRODOESTE, PROVALE, PIS-PASEP, PROGRAMA SIDERÚRGICO, PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO NAVAL, PROGRAMA DE TECNOLOGIA, CENTRAL DE MEDICAMENTOS, CENTRAIS DE ABASTECIMENTO, FUNDOS DE MODERNIZAÇÃO DO BNDE, PRO-RURAL etc.
- Utilização das novas estruturas montadas para criação da economia de competição, cujos principais instrumentos serão os Fundos de Modernização do BNDE; o desenvolvimento do Programa de Grandes Empreendimentos Nacionais; o estímulo à formação de *trade companies* para dinamizar a comercialização, visando especialmente aos mercados internacionais; e a implantação do sistema de "corredores de transportes" para escoamento de grandes massas de mercadorias desde as zonas de concentração da produção até os pólos de consumo ou terminais marítimos de embarque.
- Intensificação da aplicação dos recursos especificamente destinados à Tecnologia Industrial no programa de investimentos governamentais, considerando-se prioritariamente a implementação de projetos de desenvolvimento da tecnologia associados aos grandes programas industriais em execução, acelerando-se, igualmente, as providências para implantação do Centro de Tecnologia da Guanabara, e efe-

tivando-se medidas para revigoração da carreira de pesquisador, nas principais instituições de pesquisa do Governo Federal.

- Desencadeamento de ofensiva econômica externa, principalmente no tocante às exportações, acentuando-se a atuação de bancos brasileiros no exterior como canalizadores de recursos para empreendimentos prioritários, e buscando-se melhor aproveitamento dos sistemas de preferências tarifárias propiciados pelo Mercado Comum Europeu, Japão e outros países.

Considerar-se-á, no primeiro ano do triênio abrangido pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a circunstância de ser viável o crescimento do Produto à Taxa programada — acima de 9% — simultaneamente com as aberturas de caráter regional e social, também previstas na programação geral.

Assim, intensificar-se-ão os esforços para acelerar a implementação dos projetos de interesse das áreas menos desenvolvidas, com ênfase especial para os novos programas destinados ao Nordeste e à Amazônia. Acentuar-se-ão igualmente, em 1972, as medidas para garantir a crescente participação do grande número nos resultados do progresso econômico.

A transformação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico em empresa pública, em 1971, veio situá-lo entre os maiores empreendimentos empresariais do País, com capital e reservas da ordem de 5 bilhões e 500 milhões de cruzeiros. Simultaneamente com essa transformação, introduziram-se diversas inovações de importante efeito, tais como: operações do Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FMRI); do Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC); criação, na FINAME, do programa de financiamento a longo prazo, com excepcional efeito de substituição de importações de máquinas e equipamentos; e aperfeiçoamento e simplificação nas sistemáticas de análise de projetos.

O total da colaboração do BNDE, no exercício de 1971, foi de 3 bilhões e 160 milhões e 900 mil cruzeiros, o que indica 69,5% de crescimento relativamente ao ano anterior. Seu Orçamento de Investimentos para 1972 prevê recursos de diversas origens, no montante aproximado de 3 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, destinando-se ao setor privado cerca de 80% do total das aplicações, cujo principal beneficiário — o setor de Indústria de Transformação — receberá um total de Cr\$ 2,3 bilhões. O restante, próximo a 1 bilhão de cruzeiros, será distribuído, principalmente, à comercialização (PMRC), ao desenvolvimento

técnico-científico (FUNTEC), à mineração e pesquisa mineralógica, à agropecuária e aos serviços de utilidade pública.

No exercício de 1971, além de se apurarem os resultados do Censo Demográfico de 1970, lançaram-se os Censos Econômicos (Indústria, Agricultura, Comércio), cujos resultados preliminares serão divulgados em 1972, quando o Instituto Brasileiro de Informática, implantado em 1971, já estará operando computadores de quarta geração.

A nova etapa da Reforma Administrativa foi oferecer assistência técnica aos órgãos selecionados pelos Ministros de cada área, a fim de que a Reforma se coloque a serviço do aperfeiçoamento da execução dos projetos prioritários do planejamento nacional. Em 1971, os trabalhos de assistência técnica se desenvolveram principalmente mediante convênio geral entre o Ministério do Planejamento e a Fundação Getúlio Vargas.

Por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos S/A (FINEP), assinaram-se 15 contratos, num total de Cr\$ 18 milhões, para financiamento de estudos e projetos nos setores de Agricultura e Floresta, Transporte e Comunicações, Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Desenvolvimento Regional e Urbano, Assessoria Técnica e Serviços. Para o exercício de 1972, já existem solicitações diretas à FINEP da ordem de Cr\$ 22 milhões, e, por intermédio de seus agentes financeiros, estudam-se 30 operações no valor de Cr\$ 38 milhões.

POLÍTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Fazenda

Na área econômico-financeira, conseguiu o Governo, em 1971, manter o ritmo de crescimento, conter a inflação e estabelecer adequado nível de reservas cambiais.

O Produto Interno Bruto cresceu em ritmo constante, à taxa de 11,3%, uma das maiores do mundo. Registrou-se, em 1971, acréscimo da ordem de 45% do Produto em relação a 1968.

No setor agrícola, o crescimento de 11,4% ultrapassou em 0,2% o industrial. O melhor desempenho da agricultura resultou de ter-se recuperado a produção de café, soja e algodão, não obstante perdas sensíveis em outras lavouras, ocasionadas por fatores climáticos adversos.

Em decorrência da fixação oportuna de preços mínimos compensadores, do financiamento à produção e comercialização, e ainda do salutar tratamento creditício e fiscal, incluindo isenções à importação de insumos básicos, expandiu-se o produto agrícola e aumentou substancialmente a área cultivada.

Revelou-se homogêneo o crescimento no setor industrial, destacando-se na indústria de transformação (com crescimento médio de 11,3%) os setores de metalurgia, mecânica, borracha, materiais de transporte, comunicações e elétrico.

No setor terciário, as estimativas de 8,4% e 12,8% para os subsetores

transporte e comércio, respectivamente, refletem o equilíbrio do crescimento econômico.

Quanto ao controle do processo inflacionário, o confronto dos resultados de 1971 com os de 1970 revela as seguintes variações dos principais índices de preços e custo de vida:

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS

	1970	1971
Oferta Global	19,8%	18,7%
Disponibilidade interna	19,3%	19,5%
Preços por atacado	1970	1971
Oferta Global	19,4%	20,0%
Disponibilidade interna	18,5%	21,5%
Custo de vida — GB	20,9%	19,1%
Custo de construção	18,7%	12,6%

Esses índices poderiam ter sido mais satisfatórios não fosse a queda de produção de alguns componentes básicos de alimentação e o aumento dos preços no mercado externo de certos produtos e matérias-primas importados.

Em 1971, a expansão dos meios de pagamento atingiu 31% contra 27% em 1970. As emissões líquidas de papel-moeda cresceram 23%, percentagem idêntica à do exercício anterior. Foram principais fatores do maior volume de oferta monetária: 1) as necessidades naturais de liquidez, geradas pelo dinamismo da atividade econômica; 2) o desenvolvimento do mercado de letras do Tesouro, permitindo aos bancos utilização mais eficaz de seus encaixes ociosos; 3) o caráter expansionista das operações vinculadas à política cafeeira.

A execução orçamentária do Tesouro determinou o menor déficit em termos reais e nominais nos últimos dez anos, ou sejam, 672 milhões de cruzeiros que correspondem a pouco mais de 2% da despesa e 0,2% do Produto Interno Bruto.

A redução do déficit foi obtida sem cortes nas dotações orçamentárias ou diferimentos para o exercício seguinte. Assegurou-se a pronta liquidação dos restos a pagar de exercícios anteriores, mediante reabertura automática dos saldos bancários, independentemente da liberação das dotações orçamentárias do exercício.

Com o objetivo de suavizar e distribuir mais equitativamente a carga fiscal, a Política Tributária canalizou os investimentos para consecução das metas da política econômico-financeira global. Neste particular, destacam-se as medidas para diminuir a regressividade do imposto sobre a renda da pessoa física, compreendendo a isenção do recolhimento na fonte, para rendimento até certo nível do trabalho assalariado, o abatimento nas prestações dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, e as deduções das despesas com a atividade profissional dos de-

clarantes da cédula "D", limitando-se, ainda, o abatimento de juros de dívidas pessoais.

Seguindo a mesma orientação, dilataram-se, ainda, os prazos de recolhimento dos impostos sobre a renda e produtos industrializados, concedeu-se isenção do imposto de importação para a aquisição de bens e equipamentos destinados à pesquisa científica, para a fusão ou incorporação de empresas, além de estimular-se a utilização de insumos modernos para a produção agrícola.

Concederam-se novas vantagens fiscais como estímulo às exportações, procedendo-se a regulamentação dos regimes de entreposto industrial e aduaneiro. Apresentaram as exportações acréscimo de 6% em relação a 1970, pois atingiram, em 1971, 2 bilhões e 916 milhões de dólares FOB contra 2 bilhões e 739 milhões no ano anterior. No total correspondente a 1971, a exportação de produtos industrializados chegou quase a 800 milhões de dólares.

As importações registraram 3 bilhões e 200 milhões em 1971, em valores FOB, contra 2 bilhões e 506 milhões de dólares em 1970. Deve-se tal aumento não só às importações de máquinas e produtos químicos e farmacêuticos, mas também às de insumos básicos no processo de industrialização. Atingindo 260 milhões de dólares as de produtos siderúrgicos e 400 milhões de dólares as de petróleo, verificou-se incremento de 25% sobre o anterior CIF.

A entrada de capitais garantiu um superávit na balança de pagamentos de 536 milhões de dólares. Esse aumento de crédito externo baseia-se, em grande parte, no excepcional nível de reservas que este ano atingiu 1 bilhão e 721 milhões de dólares em contraposição a 1 bilhão e 185 milhões em 1970.

Acentuada participação teve o Banco do Brasil S.A. na execução da política governamental de estímulo às exportações brasileiras e no processo

de fortalecimento das reservas cambiais do País.

Outro resultado significativo do desenvolvimento da economia brasileira, em 1971, foi o nível de poupança, que ultrapassou em cerca de 20% o Produto Interno Bruto. Para permitir a mobilização de tal poupança, fortaleceu-se o mercado de capitais, destacando-se, num total de 5,5 bilhões de cruzeiros, os registros para emissão de ações no Banco Central do Brasil e as subscrições de ações já negociadas em Bolsa.

Também em 1971, criaram-se o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agro-Indústria do Nordeste) e o PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste).

Com recursos de 800 milhões de cruzeiros, foi criado o Programa Especial de Crédito Rural para as regiões Norte e Nordeste, e concederam-se empréstimos especiais a seus pequenos e médios produtores rurais. Objetivaram essas medidas melhor distribuição regional da renda.

Ressaltam entre as providências para aumentar o poder aquisitivo do trabalhador: o Plano de Integração Social, o Plano de Formação do Patrimônio do Servidor Público e o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, os quais entraram em vigor em 1971.

A taxa média de reajustamentos salariais em 1971 foi de 22,4%, superando, portanto, os índices de custo de vida. Esse dado é tanto mais significativo por estar aliado a um substancial crescimento do nível de emprego.

Transportes

Na política dos Transportes, continuou o Governo a acelerar o crescimento da economia, considerando sempre, porém, as necessidades imperiosas de Segurança Nacional e de Integração Territorial. No atendimento de áreas virgens, procurou associar o planejamento dos transportes e projetos vinculados às atividades agrícolas e de colonização. Concentrando recursos em obras prioritárias, objetivou, em harmonia com outros Ministérios, a criação de pólos de desenvolvimento, indispensáveis à irradiação de progresso regional.

Em decorrência dessa política, tiveram as atividades de transportes assinalado impulso no planejamento e execução de obras viárias.

O setor ferroviário apresentou resultados animadores. Construíram-se cerca de 270 km de linha férrea e 250 km de variantes; foram remodelados 1.500 km de linha, e encontram-se em construção 300 km de novas linhas. Entraram em operação 100 novas locomotivas Diesel e 2.200 vagões reconstruídos, enquanto se entregaram ao tráfego cerca de 340 vagões novos e 24 carros de passageiros. Encomendaram-se 2.000 va-

gões diversos, 12 trens-unidades e 30 locomotivas. Reduziu-se de 4% o déficit real da Rede Ferroviária Federal S/A, e se eliminaram 300 km, observando-se a política de erradicação dos ramais antieconômicos.

Continuou-se a estender sistema de redes de estradas capaz de cobrir todo o território nacional. Possui hoje o País malha rodoviária superior a 52.000 km, achando-se pavimentada cerca da metade. As financiadas com recursos do Programa de Integração Nacional (PIN) contam 13.173 km, dos quais 895 km estão pavimentados, 6.401 km implantados e 5.879 km em construção. Exponente principal do Programa de Integração Nacional, em estágio bem adiantado, é a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, a primeira 70% já implantada e a segunda 40%. Acha-se quase concluída a rede rodoviária básica do Nordeste, com 4.000 km já pavimentados e cerca de 2.500 km apenas implantados.

Em fase bem adiantada prosseguem os estudos para implementação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), que prevê pavimentação de 1.988 km, melhoramentos e implantação de cerca de 3.000 km de rodovias.

A rodovia Rio-Santos já apresenta alguns trechos construídos, devendo estar terminada, em toda a sua extensão, — 536 km — até 1973, juntamente com a pavimentação das rodovias Brasília-Belem e São Luis-Belem, que ligarão a Amazônia, por asfalto, com o Centro-Sul e o Nordeste.

Ofereceu o setor de Marinha Mercante resultados saudáveis na contabilização dos fretes gerados pela bandeira brasileira, atingindo cerca de 40% do total, o que corresponde a ingresso de divisas da ordem de 300 milhões de dólares.

Concorreram os estaleiros nacionais para o crescimento da Frota Mercante com a entrega ao tráfego de 48 novas embarcações, num total de 133.000 toneladas de porte bruto, encontrando-se, em construção, nos estaleiros nacionais, 113 embarcações, num total de 1.400.000 toneladas de porte bruto (TPB), e 9 em estaleiros estrangeiros, num total de 300.000 TPB. Prossegue, assim, em ritmo auspicioso, a execução do Plano de Construção Naval 1971/1975 para atingir 5.000.000 de toneladas de porte bruto, quase o dobro dos 2 milhões 260 mil toneladas de porte bruto de nossa frota, até dezembro último.

Continuou-se também a política, já vitoriosa, de obter maior participação da bandeira nacional, no transporte marítimo internacional, e melhor eficiência da navegação de cabotagem e da fluvial e lacustre.

Foram numerosos os empreendimentos no setor de portos e vias navegáveis, tendo-se considerado 1971 o "ANO PORTUARIO NACIONAL". Me-

recem destaque: a modernização e melhoramento das instalações dos portos de Manaus, Itaquí, Mucuripe, Recife, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá e Porto Alegre; a construção dos terminais para cacau em Ilhéus, para sal em Areia Branca e Macau, para "containers" no Rio de Janeiro, para fertilizantes em Santos e, para cereais, em Paranaguá; o estudo geral das vias navegáveis interiores e os estudos e construção dos portos fluviais na Amazônia, nas localidades de Imperatriz, Belo Monte, Santarém, Itaituba e Porto Velho.

No que concerne à expansão dos portos, concluíram-se os Planos Diretores Decenais para os Portos de Itaquí e Mucuripe; contratou-se anteprojeto e projeto executivo para a reorganização do DNPNV e desenvolvimento do Porto de Santos; e realizou-se concorrência pública internacional para a implantação de complexo portuário industrial no Rio Grande do Sul.

Agricultura

A Política Agrícola objetiva aumentar a produção e a produtividade, com vistas à melhoria do nível de vida da população rural. Esse aumento se verifica, a curto prazo, com a expansão da fronteira agrícola e a utilização mais intensiva de terras subutilizadas em áreas tradicionais. Estímulos efetivos, em ambos os casos, têm sido a vigência de preços satisfatórios e a existência de perspectivas bem definidas para o empresário.

Deu o Governo prioridade aos programas de preços mínimos e de crédito assistido, bem como ao aprimoramento do sistema nacional de comercialização agrícola.

No que concerne à pesquisa — com reflexos na assistência técnica — foram áreas prioritárias as de menor evolução tecnológica, tais como a pecuária, culturas de subsistência e outras de importância regional.

Adotaram-se, entre as medidas de suporte técnico e físico: alocação de recursos para ampliar o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, e melhoria da infra-estrutura de irrigação, eletrificação, saneamento e transportes.

A diretriz política do Governo para utilização da mão-de-obra é igualar a taxa de sua liberação no setor agrícola, com a taxa de sua absorção pelos outros setores. Para aumentar a produção e a produtividade sem excessiva liberação da mão-de-obra, prossegue o uso de fertilizantes, defensivos, sementes melhoradas, rações e até da mecanização quando esta representa aumento das oportunidades de emprego.

Pelas facilidades ao sistema de abastecimento nos grandes centros urbanos, está sendo aumentada a disponibilidade de alimentos para consumo de grandes contingentes po-

pulacionais, procurando-se aperfeiçoar o sistema de preços e seus estímulos ao nível do produtor. Acha-se em pleno desenvolvimento a implementação do programa de construção de vinte e um centros de abastecimento, dos quais começarão a operar, em 1972, os de Porto Alegre, Niterói, Campinas, Niterói-São Gonçalo, Recife, Brasília, Salvador, Fortaleza, Aracaju e Maceió.

Fazem-se, presentemente, estudos de viabilidade para os centros do Grande Rio, Belém e Manaus. O de Belo Horizonte estará concluído em 1973, e acham-se em estudos os de Curitiba, Goiânia, São Luis, Natal, João Pessoa, Teresina e Florianópolis.

Procura-se não só manter a posição de liderança do Brasil na exportação de produtos clássicos (açúcar, algodão, cacau e café), mas também assegurar a sua potencialidade na colocação de novos produtos, mormente carne, citricos, madeiras e soja, o que deverá ampliar ainda mais a importância da agricultura como tradicional fonte geradora de divisas.

O Governo atribui prioridade ao desenvolvimento agrícola, dada a premente importância da agricultura para o desenvolvimento econômico nacional e o bem-estar da população brasileira.

O produto da agricultura no Brasil se expande a níveis superiores aos da demanda, quando consideradas séries temporais de cinco ou mais anos.

Mais de dois terços das divisas geradas pela exportação provêm de produtos agrícolas, responsáveis, em grande parte, pelo desenvolvimento da economia nacional como um todo.

O crescimento do valor do produto agrícola em 1971, relativamente ao ano anterior, foi da ordem de 11,4%, o que em muito contribuiu para o alto nível de crescimento alcançado pelo produto nacional bruto.

Boa parte do crescimento do produto agrícola brasileiro, em 1971, resultou da recuperação da produção cafeeira. O crescimento agropecuário naquele exercício foi suficiente para manter o índice per capita em 1970.

No País, como um todo, observaram-se aumentos nas produções de soja (47%), algodão (17%), trigo ... (11,5%), feijão (7%), amendoim ... (4%), batata (4%) e milha (1%), paralelamente às reduções nas de arroz (-20%) e cebola (-13%).

Na produção animal, os indicadores mostram, em 1971, crescimento em torno de 5% na de carne.

As primeiras tentativas de projeção de metas para o Plano de Integração Nacional (PIN) estimaram a criação de 100 mil unidades agrícolas no período de sua vigência, sem contar os empreendimentos da iniciativa particular previstos para a área.

Verificou-se a existência de cinco principais fluxos migratórios que deverão fixar-se ao longo das rodovias federais: do Centro-Sul, via São Paulo—Cuiabá—Porto Velho; do Centro-Sul, via Belém—Brasília; do Nordeste, via São Paulo—Cuiabá—Porto Velho; do Nordeste, diretamente, que é a mais nova frente de deslocamento e já aproveita a construção do leito da Transamazônica; e do Nordeste, via marítima.

Para atender a tais fluxos, fixaram-se áreas destinadas à colonização oficial, reservando-se, inicialmente, para esse tipo de ocupação, faixa de 10 quilômetros às margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá—Santarém, até os limites das terras situadas a 100 quilômetros de cada lado do eixo das rodovias da Amazônia Legal ... (17.500 quilômetros aproximadamente).

Algumas áreas da região, plantadas com café, demonstraram perspectivas iguais ou superiores à média da região centro-sul. No momento, já se encontram plantações de pimenta-do-reino e são transplantadas 250.000 mudas de café.

Para preservação dos recursos naturais renováveis, desenvolve-se o levantamento dos solos na medida em que a rodovia avança. Pesquisas da flora e da fauna visam estabelecer política conservacionista e de exploração racional das reservas naturais.

Aos primeiros colonos assentados exigiu-se reserva florestal obrigatória, equivalente a 50% da área total das parcelas individuais. Em segunda etapa, indicar-se-ão áreas coletivas e especializadas para reservas florestais e biológicas, por ser de difícil controle a reserva nas parcelas e interferir nos custos diretos e indiretos da produção dos colonos.

Os projetos de planejamento urbano-rural, conciliando sistema misto, onde coexistam colonos que morem ou não nos lotes rurais, contemplam três tipos de comunidades hierarquizadas e interdependentes: agrovilas, agropólis e rurópolis.

Em cada projeto, de acordo com a metodologia aplicada, são definidos e executados os programas prioritários de distribuição de terras; organização territorial; organização administrativa do projeto; assentamento; organização das unidades agrícolas; obras de infra-estrutura básica; promoção do sistema educacional; dos sistemas de saúde e previdência; habitacional; de crédito rural; de comercialização da produção e organização de empresa cooperativa.

Quanto à participação no PRODOESTE, elaboraram-se dois projetos de discriminação e regularização fundiária, em Campo Grande, MT e Porto Velho, RO. Promoveu-se desapropriação de novas áreas na Zona

Prioritária de Mato Grosso, para expansão do Projeto de Iguatemi.

Para Colonização e Reforma Agrária, desapropriaram-se trinta mil hectares nas áreas operacionais do Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; fixaram-se novas áreas prioritárias de Reforma Agrária no Paraná e Santa Catarina; e intenta-se emancipar os projetos oficiais entregues ao INCRA, titulando seus ocupantes e mantendo serviços essenciais de infra-estrutura social e econômica a serem progressivamente transferidos para os Estados e Municípios.

Nas atividades do desenvolvimento rural, utilizaram-se recursos no montante de 4 milhões e 500 mil cruzeiros, destinados a assistência técnica, aquisição de motobombas, reprodutores e matrizes de suínos e bovinos, bem como de caprinos e asininos para a Transamazônica. O programa de eletrificação rural atingiu 65 mil kva de potência instalada, inclui a construção de 26.025 km de redes primárias de distribuição, e capacidade para cerca de 240.703 kva.

Atingem a 3.000.000 km², aproximadamente, as áreas abrangidas pela discriminação e regularização fundiária, nas rodovias Belém—Brasília, Brasília—Rio Branco, Cuiabá—Santarém, Transamazônica, Porto Velho—Manaus, Boa Vista, Vilhena—Manaus, Brasília—Manaus, Fronteira Colombiana e Perimetral Norte.

O projeto de recadastramento das propriedades rurais abrangerá, em 1972, 4.000.000 de imóveis, 1.500.000 proprietários e 500.000 parceiros e arrendatários.

Cuida-se, também, do aproveitamento racional e conservação dos recursos naturais do mar territorial brasileiro, negociando-se acordos de pesca na plataforma continental com a França, Trinidad Tobago, Países Baixos, Guiana e Estados Unidos.

O interesse pela execução de projetos de reflorestamento, a ampliação do parque madeireiro, a formação de reservas florestais em curto prazo, e de considerável quantidade de mão-de-obra para atividades até então desconhecidas e de alta importância para o desenvolvimento são resultados que atestam o acerto da política adotada.

Os projetos de reflorestamento, aprovados até outubro de 1971, somam plantio de 1.442.619.319 árvores, em área de 631.992,76 ha.

Como instrumento do Governo Federal, responsabiliza-se a COBAL pelas operações de compra e venda dos produtos que constituem os Estoques Reguladores, contando, para isso, com a infra-estrutura de crédito, transporte e financiamento da esfera oficial, atendendo, atualmente, cerca de 1.000 localidades brasileiras.

Para execução do "Programa de Modernização do Sistema Nacional de Abastecimento", criou-se Grupo Executivo Interministerial responsável pela implantação das 15 primeiras Centrais de Abastecimento e adoção de outras medidas necessárias à modernização do sistema.

Prosseguiram em 1971 as medidas para inauguração, em 1972, das Centrais de Fortaleza, Recife (2.ª etapa), Salvador, Aracaju, Maceió, Campinas, Porto Alegre, Brasília e Niterói—São Gonçalo.

Revestiu-se de êxito a implantação do primeiro Mercado Satélite, no bairro de Humaitá, no Rio de Janeiro, e iniciaram-se as construções de mais quatro, sendo três no Estado da Guanabara e um em Brasília. Já se desenvolvem estudos para implantação de unidades similares em Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e outras capitais.

Acham-se em funcionamento, em diversas regiões, 462 unidades fixas da rede de varejo da COBAL, levando gêneros de primeira necessidade, a preços acessíveis, principalmente ao público mais carente de recursos.

Implantaram-se serviços volantes em barcas, caminhões e vagões ferroviários para atender grande parcela da população brasileira, isolada dos grandes centros pelas distâncias.

Desenvolvem-se estudos para a rede de abastecimento atingir, até 1974, mais de 3.000 localidades brasileiras.

A capacidade armazenadora da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) diminuiu em 1971, em virtude da alienação de algumas unidades. Isso ocorreu, apesar do aumento da disponibilidade de armazenamento a frio, em quase 800 toneladas. Entretanto, a racionalização dos serviços permitiu acréscimo, no faturamento da Companhia, superior a 20%, até novembro daquele exercício.

Além de armazéns móveis de estrutura inflável, dispõe a CIBRAZEM de vinte armazéns metálicos modulares, dois dos quais foram instalados em Altamira, PA e Imperatriz, MA, para atender ao programa de expansão exigido pela abertura da rodovia Transamazônica.

Com a divulgação do PRODOESTE, estabeleceu-se programa de atendimento supletivo, com a montagem dos dezoito armazéns metálicos disponíveis, de acordo com a seguinte prioridade: Mato Grosso — 6 armazéns; Goiás — 7; Bahia — 2; Paraná — 2; Distrito Federal — 1; os quais estarão instalados a tempo de atender às safras previstas para 1972.

Estuda-se a possibilidade de instalação de centrais de beneficiamento em entroncamentos rodoviários ou ferroviários, para atender às necessidades de armazenar safras com des-

inação específica. Com isso, dar-se-á ao produtor oportunidade de colocar sua mercadoria em condições de servir tanto ao mercado interno quanto ao externo. As primeiras centrais são instaladas em Canitar, SP e em Cambará, PR.

De acordo com a política do Governo, a assistência à produção agropecuária foi delegada ao Sistema Brasileiro de Extensão Rural, composto pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e suas filiais. Em 1971, a rede assistencial do Sistema ABCAR aumentou em 76 unidades. O número de municípios atendidos passou de 1.548 para 1.848. Criou-se também, em 1971, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Território de Rondônia.

A força de trabalho à disposição dos programas de extensão rural passou de 4.688 funcionários para 5.287. Desse total, 3.023 são técnicos.

O trabalho desenvolvido conduziu milhares de agricultores ao uso de fertilizantes, corretivos, inseticidas, sementes melhoradas e mudas certificadas; à aquisição de máquinas e equipamentos; à adoção de práticas modernas de conservação de solo, plantio e cultivo; à adoção de práticas racionais pelos pecuaristas, que melhoraram a alimentação e o manejo do rebanho, cuidaram da prevenção e controle de doenças e adquiriram reprodutores e matrizes.

Para elevar o nível de vida das comunidades rurais, desenvolveram-se ainda trabalhos de assistência a pessoas, construção, reforma e equipamento de escolas, bem como treinamento de professoras e monitores em alfabetização. Colaboraram nas atividades-suporte para Extensão Rural milhares de líderes voluntários e de organizações comunitárias.

Houve acréscimo de 52,8% no crédito rural, relativamente a 1970, no que diz respeito ao montante aplicado, do qual 57% couberam a bancos federais, 28,1% a bancos estaduais e 14,9% a bancos privados.

Com o advento da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ampliaram-se as linhas de crédito do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) possibilitando, em futuro próximo, o atendimento indireto das necessidades do setor. Gozam de prioridade todas as operações que visem criar condições de trabalho e de produtividade, bem como aquelas que contribuam para o fortalecimento e integração do sistema cooperativista nacional.

No setor do planejamento agropecuário nacional, encontram-se em desenvolvimento as seguintes análises e estudos:

- Posição do Governo brasileiro relativamente a sua atuação na agricultura.

- Elementos para a Política de Desenvolvimento da Região Nordeste.

- Alternativas de Reforma Agrária e de programas específicos de desenvolvimento agrícola do Nordeste.

- Programa de Pesquisas Econômicas e Sociais Agrícolas, com os seguintes trabalhos já iniciados: 1) levantamento de informações de fontes secundárias, objetivando a formação de banco de dados e conhecimento atualizado da agricultura nacional; 2) caracterização de sistema de amostragem para o levantamento contínuo das características econômico-sociais dos principais tipos de empresa agrícola do País; 3) projeção de oferta e demanda de produtos agrícolas.

- Identificação e avaliação preliminar da Política de Estímulo à Produção de Madeiras, à Produção e Uso de Fertilizantes, e à Produção de Carne Bovina.

- Caracterização inicial de diretrizes para Estímulo a Desenvolvimento de Produtos Agrícolas da Região Nordeste.

Prosseguiram os projetos de pesquisas institucionais e tecnológicas no setor agrícola. Com levantamento institucional em cada unidade federativa, mais de 500 instituições foram estudadas. A fim de identificar o nível tecnológico, desenvolveu-se projeto,

Aviões em serviço	25
Técnicos treinados	30
Companhias e operadores	10
Área trabalhada (1.000 ha)	375

O apoio dessa tecnologia foi decisivo, em 1971, para evitar a frustração de safras tanto de trigo como de arroz no Estado do Rio Grande do Sul, garantindo a integridade de 208.820 hectares daquelas lavouras.

No setor de defesa sanitária animal, os resultados colhidos em 1971 pelo Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, com projeção para quatro anos, representam apenas 25% da sua fase inicial. O programa de vacinação atendeu 1 913.082 estabelecimentos e vacinou 49 194.125 animais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo.

Controla o Governo a produção de vacinas antiaftosas de laboratórios particulares, garantindo sua pureza.

Desenvolve-se programa de controle da Brucelose, orientado principalmente para a espécie bovina e com atuação nas bacias leiteiras das Capitais dos Estados de maior densidade demográfica.

Na inspeção de produtos de origem animal abrangeu o Ministério, até de-

em 20 unidades da Federação, sobre técnicas utilizadas em cultura prioritária de cada Estado.

A intensificação do uso de sementes melhoradas está consubstanciada no Plano Nacional de Sementes, já iniciado na Região Sul e Sudoeste, e com estudos de viabilidade já elaborados para atender os Estados do Norte e Nordeste.

Mediante campanha de controle à Ferrugem Alaranjada do Cafeeiro, estabeleceu-se perfeito controle dessa doença. Vistoriaram-se, nas barreiras, 45.509 caminhões e inspecionaram-se 560 veículos que transportavam café, além de efetuar-se levantamento fitossanitário de 18.935 propriedades cafezeiras localizadas na Paraíba, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, num total de 27 237.772 cafeeiros.

Estão-se multiplicando e cruzando cafeeiros portadores de fatores genéticos resistentes à moléstia, a fim de se obterem variedades resistentes e produtivas para renovação da cafeicultura nacional.

Contra a Helminthosporiose do milho, além de constituir-se Grupo Coordenador de Medidas para seu controle, estabeleceram-se restrições à importação de milho portador do Citoplasma Texas, originário dos Estados Unidos da América.

Registrou o Plano de Expansão da Aviação Agrícola os seguintes resultados, até 1971:

1968	1969	1970	1971
25	32	54	82
30	202	255	296
10	16	21	30
375	800	1 350	1.700

zembro de 1971, apenas um terço dos estabelecimentos existentes no País. Porém a federalização dessa inspeção, em decorrência da Lei n.º 5.760, de 3-12-1971, proporcionou-lhe condições de atuar em todo o território nacional.

No que concerne ao desenvolvimento da produção animal, iniciaram-se os estudos para estabelecer política de controle, orientação e fiscalização da Inseminação Artificial e atividades pertinentes, e elaborou-se projeto para planificação do setor na área oficial.

No Plano de Assistência Técnica à Caprino-Ovinocultura no Nordeste, aplicaram-se Cr\$ 630.000,00 e desenvolveram-se atividades de cadastramento de propriedades, montagem de núcleos de caprinos e ovinos, orientação técnica, cursos de nível técnico e revenda de reprodutores.

Desenvolve-se o Plano de Revenda de Reprodutores Suínos tipo carne, especialmente na Região Sul do País, para atender exigências do mercado interno e externo. Para melhoria zo-

otécnica da pecuária das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, adquiriram-se 1.145 reprodutores e matrizes zebuínas, revendidos a pequenos criadores daquelas regiões. Distribuiu-se ao longo da Transamazônica grande número desses animais para, em futuro próximo, melhorar as condições de abastecimento e consumo das populações ali instaladas.

Elevam-se a mais de 465 milhões de cruzeiros os recursos aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE), em 1971, para execução de 1.295 contratos que objetivam melhorar fazendas de gado de corte. Os trabalhos de avaliação, já iniciados, revelam que os índices de produtividade do rebanho se mostram bem superiores aos previstos nos projetos, variando esse aumento de 30 a 40% sobre as produções projetadas.

Repercutiram favoravelmente na demanda de máquinas agrícolas as medidas governamentais relativas a financiamento e incentivos especiais para a mecanização agrícola.

A estimativa para produção de tratores em 1971, no total de 16.000 unidades, foi ultrapassada em cerca de 50%, com a produção de 23.500 tratores. O mesmo se verificou relativamente à produção de implementos, e o setor de vendas, tanto destes quanto daqueles, acompanhou o de produção.

A produção de colhedoras foi de 1.128 unidades e aqui também lhe corresponderam as vendas. Com o não financiamento de máquinas estrangeiras e a elevação para 25% da alíquota de importação, promover-se-á aumento de produção, necessário à demanda dessas máquinas.

Atendendo às diretrizes das "Metas e Bases para a Ação do Governo", providenciou-se a transferência de algumas Patrulhas Mecanizadas para as Secretarias de Agricultura ou órgãos estaduais que demonstrassem capacidade ou desejassem arcar com a responsabilidade dos serviços.

No campo da pesquisa agropecuária, repercutiram os resultados obtidos na área de Fitotecnia concernentes ao algodão arbóreo, algodão herbáceo, arroz, cacau, cana-de-açúcar, feijão, milho, sementes, seringueira, soja, trigo e videira; na área de Zoopatologia, os resultados dos experimentos com bovinos; na área da Zootecnia, os concernentes a suínos, bovinos, forrageiras e abelhas; na área de Pedologia, os trabalhos de campo e de laboratório, compreendendo levantamentos de reconhecimento e exploratórios em sete Estados, além de ensaios de fertilidade para maior rendimento, por hectare, na produção de trigo, milho, batata, cebola e algodão arbóreo. Na área da Tecnologia, destacaram-se os resultados dos estudos sobre a madeira matá-matá, a produção de vinhos tin-

to, branco e rosado, de sucos de uva, e a adubação para cultivo do trigo.

No campo da Meteorologia, instalaram-se vinte e seis estações e recuperaram-se trinta outras das 415 acionadas pelo Ministério, das quais 283 se destinam à categoria de Estações Climatológicas Principais, e 118 já estão equipadas para dar início ao Plano de Vigilância Meteorológica Mundial.

Instalou-se em Brasília equipamento APT, para recepção de fotografias de nuvens, transmitidas por satélites meteorológicos, e o Centro Regional de Telecomunicações de Brasília já opera em radioteletipo e radiofac-símile diretamente com o Centro Meteorológico Mundial, em Washington, e, indiretamente, com os Centros de Moscou e Melbourne.

O Fundo Federal Agropecuário (FFAP), em 1971, suplementou as atividades do Ministério com recursos financeiros da ordem de Cr\$ 69.056.000,00.

Indústria e Comércio

Em 1971, a taxa de crescimento industrial foi acima de 11%, destacando-se níveis de expansão superiores a 20% nos setores mecânico, automobilístico e de borracha.

Altamente significativa para a conjuntura industrial, durante o exercício, foi a ampliação dos mercados externos e do volume das exportações industriais, que superaram US\$ 600 milhões, contra US\$ 450 milhões em 1970.

A partir de janeiro de 1971, aplicaram-se os novos instrumentos de incentivos à industrialização, ampliando-se os setores que podem beneficiar-se dos incentivos fiscais administrados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, e objetivou-se adequar os incentivos industriais às características atuais do processo de industrialização.

Definiram-se políticas setoriais abrangendo indústrias de bens de capital, construção e reparos de navios, indústrias químicas e petroquímicas, indústrias de produtos intermediários metálicos e não-metálicos, indústria automotiva, e de bens de consumo não-duráveis.

Concederam-se incentivos para projetos industriais, com investimentos da ordem de Cr\$ 4,7 bilhões para as indústrias metalúrgicas básicas, indústrias de produtos intermediários não-metálicos e indústrias químicas e petroquímicas.

No campo da siderurgia, a produção de aço em lingotes alcançou 6 milhões de toneladas, contra 5,4 milhões em 1970. O consumo aparente foi de 7,1 milhões de toneladas de aço em lingotes equivalentes, contra 5,5 milhões, no exercício anterior, revelando incremento de 39% no faturamento global,

o que mostra o grande dinamismo da indústria siderúrgica, que participa com cerca de 2% na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

Aprovaram-se, de acordo com o Plano Siderúrgico Nacional, dez projetos que prevêem aumento da capacidade nominal instalada, em 4,3 milhões de toneladas anuais de lingotes, até 1977. Os investimentos totais necessários às expansões atingem 1 bilhão e 660 milhões de dólares para a Companhia Siderúrgica Nacional, a USIMINAS e a COSIPA, e 104 milhões de dólares para os demais projetos.

Ultimaram-se todas as providências no campo do planejamento e das negociações financeiras para a execução do Plano Siderúrgico Nacional. Aham-se em curso investimentos básicos e a aquisição dos equipamentos relativos à primeira etapa dos programas das três empresas estatais, e executa-se programa de treinamento para cerca de mil técnicos, a fim de dotar a siderurgia brasileira de condições tecnológicas de operação do nível mais elevado. Concluídas as expansões de Volta Redonda, USIMINAS e COSIPA, disporá o Brasil de um dos mais modernos parques siderúrgicos do mundo.

Na área da petroquímica, definiram-se as diretrizes para implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste e consolidação do Complexo do Centro-Sul.

A operação da primeira grande central petroquímica, a iniciar-se em 1972, marcará nova fase da industrialização, pelo efeito multiplicador que exercera em toda a indústria.

No setor de álcalis, superou-se em 13,5% o índice de produção do ano anterior, com 125.405 toneladas de barrilha no exercício de 1971.

Reformulou-se a política de marcas e patentes, no Brasil, e procedeu-se à reforma do Código de Propriedade Industrial, consubstanciada na Lei n.º 5.772, de 21 de dezembro de 1971. Objetivou essa reforma possibilitar a constituição de instrumentos de informação para auxiliar e orientar a empresa na escolha de desenvolvimento de tecnologias adequadas e agilizar o processo administrativo.

Para conquista de novos mercados a produtos brasileiros, adotaram-se várias medidas que possibilitam mais expressiva participação do Brasil no comércio mundial. Destacam-se entre elas a criação e aperfeiçoamento do sistema de financiamento às exportações, o pré-financiamento à produção para exportação, maior flexibilidade para utilização do DRAWBACK, e simplificação do processamento das exportações.

Alcançaram as exportações brasileiras cerca de US\$ 2,9 bilhões, contra US\$ 2,7 bilhões no ano anterior, sendo significativo o crescimento das exportações de produtos manufaturados,

que se elevaram a US\$ 600 milhões contra US\$ 455 milhões em 1970.

A exportação de café atingiu o total de 18,4 milhões de sacas, com acréscimo de 1,3 milhões sobre o ano anterior. A receita gerada foi, entretanto, inferior à de 1970, devido ao comportamento dos preços internacionais do produto.

Assinalam-se as seguintes medidas adotadas no setor: eliminação do subsídio do preço do café no consumo interno; estímulo às fusões e incorporações de indústrias; concessão de incentivos a sociedades de torrefação; e implementação do programa de plantio de 112 milhões de pés no ano agrícola de 1970/1971.

Constituiu-se 1971 marco expressivo para a agroindústria canavieira. A nova política do açúcar, instituída pela Lei n.º 5.654 e pelo Decreto-lei n.º 1.186, proporcionou condições às regiões produtoras para atingirem as quotas globais, em curto prazo, sem os entraves decorrentes das quotas individuais.

Registrou-se total de 73 milhões de sacas na produção nacional, exportando-se, no exercício, 1.231.062 toneladas de açúcar, no valor de US\$ 151.039.200,00.

Executou-se política de estímulos à fusão e incorporação de usinas de açúcar, com o objetivo de incentivar a modernização e racionalização da indústria açucareira e da lavoura canavieira.

Na área agrícola, iniciou-se o programa nacional de melhoramento da cana-de-açúcar, que deverá estender-se até 1978.

Dentro do elenco de medidas para consolidar o desenvolvimento do turismo no País, destacaram-se a prorrogação do sistema de incentivos fiscais para o setor e a ampliação da área beneficiada para incluir obras e serviços de finalidades turísticas. Criou-se o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), destinado a fomentar e prover recursos para financiamento de obras, serviços e atividades de importância no esquema de desenvolvimento do turismo nacional, e concederam-se incentivos no montante de Cr\$ 133,8 milhões para construção e melhoria operacional de empreendimentos que elevaram a capacidade hoteleira em mais de 1.500 unidades habitacionais.

No tocante à política de seguros, estabeleceu-se nova disciplina nos investimentos das seguradoras, originários das reservas técnicas, mantidas as condições de segurança e liquidez; aumentaram-se os níveis de capital social; concederam-se incentivos às fusões e incorporações; tornou-se obrigatória a contratação, no País, dos seguros relativos ao transporte de mercadorias importadas; elevou-se a capacidade retentiva das seguradoras;

modernizaram-se as rotinas para utilização de sistemas de computação eletrônica; e criou-se a Escola Nacional de Seguros.

Em consequência, fortaleceu-se o mercado, que arrecadou, em 1971, prêmios da ordem de Cr\$ 2,5 bilhões, com incremento de 49,3% sobre o ano anterior, e melhoraram, substancialmente, os índices de rentabilidade do setor, que adquiriu nova dinâmica no seu desenvolvimento.

Minas e Energia

Intenso trabalho se realizou na área de Minas e Energia, visando concorrer para o desenvolvimento do País e acompanhar o acelerado ritmo de crescimento da economia nacional, alcançado nos últimos anos.

Um dos objetivos do Ministério foi promover amplo e imediato aproveitamento dos recursos minerais conhecidos e aumentar, a curto prazo, o conhecimento do subsolo nacional. Nesse sentido, incentivou e apoiou projetos de exploração daqueles recursos e realizou extenso programa de mapeamento geológico básico e pesquisas minerais.

Novos mapas geológico, tectônico e metalogenético foram elaborados e estão sendo impressos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, que prepara, ainda, mapas índices de reconhecimento aerofotográfico, mapeamento geológico, planimétrico e cartográfico.

Merece especial referência, dentre os Projetos de Levantamentos Geológicos básicos, o mapeamento sistemático que se realiza nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com a utilização de tecnologia altamente evoluída. Teve também grande impulso, em 1971, o "Projeto Radam", que visa ao levantamento integrado dos recursos naturais de grande parte das regiões Norte e Nordeste, utilizando imagens de radar, aerofotografia infravermelha e multiespectral, tendo-se sobrevoado 3.800.000 km² da região Amazônica e do Nordeste.

No campo da Hidrologia, executou-se a manutenção e operação de Rede Hidrológica básica, constituída por 2.109 estações hidrométricas, em todo o território nacional, e promoveu-se a instalação de 97 novas estações. Iniciou-se, já em 1972, a implantação do programa de processamento eletrônico dos dados hidrológicos obtidos nas estações hidrométricas, alcançando-se realizar os trabalhos relativos à rede da bacia do rio Paraíba.

Para solução do antigo e controvertido problema da regularização do rio Paraíba, firmou-se convênio entre o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, os Governos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e a Light Serviços de Eletricidade S/A, definindo-se as responsabilidades financeiras e administrativas na cons-

trução dos reservatórios do Paraíba e do Paraitinga, formadores do rio Paraíba.

No que concerne à Energia Nuclear, o ano foi dos mais significativos quanto à concretização das metas da Política Nacional de Energia Nuclear, definidas pelo Governo.

Marco inicial do programa de geração de energia elétrica de origem nuclear foi o projeto definitivo da Usina Nuclear de Angra dos Reis, com potência líquida de 624 MW (Mega-Watts), cuja construção se iniciará em 1972.

Incrementando-se o programa de prospecção de minérios, assegurou-se a existência, em Poços de Caldas, de 1.000 toneladas de óxido de urânio (U₃O₈), com adições possíveis da ordem de 3.000 toneladas.

Mereceram também especial atenção o desenvolvimento da tecnologia de reatores e os estudos para incrementar todas as fases do ciclo do combustível nuclear, cuja produção deverá, a médio prazo, atender suficientemente às necessidades nacionais.

No exercício de 1971, foram particularmente acentuadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear as aplicações de radioisótopos na medicina, agricultura e engenharia.

Com a criação da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, nos termos da Lei n.º 5.740, de dezembro último, empreender-se-á o desenvolvimento e utilização prática da energia nuclear no País, cabendo a essa Sociedade de Economia Mista a mineração e concentração dos minérios radioativos, bem como o desenvolvimento das pesquisas tecnológicas no campo da energia nuclear.

O progresso industrial e a melhoria dos sistemas de distribuição dos centros urbanos determinaram apreciável acréscimo no consumo de eletricidade. A demanda de energia elétrica superou a do ano anterior, em mais que 11,7%, passando de 37.960 GWh (Giga-Watt/hora) em 1970, para 42.280 GWh em 1971, e a potência instalada passou de 11.405 MW em 1970, para 12.801 em 1971, apresentando acréscimo de 12,2%.

Dentre as principais unidades geradoras, que iniciaram suas operações em 1971, destacam-se:

- Usina de Paulo Afonso — acréscimo de 206 MW;
- Usina Jupia — acréscimo de 300 MW;
- Usina de Xavante — acréscimo de 200 MW;
- Usina de Jaguará — acréscimo de 456 MW;
- Usina de Capivari/Cachoeira — acréscimo de 126 MW.

Prosseguiram, em 1971, os estudos do potencial de Sete Quedas, bem co-

mo os trabalhos do Comitê Coordenador da Amazônia — ENERAM. Ainda no mesmo exercício, foi definido pelo Comitê Coordenador de Estudos do Nordeste — ENENOR, o projeto do grande reservatório de Sobradinho, no curso médio do São Francisco.

A Centrais Elétricas do Sul do Brasil — ELETROSUL — incorporou ao seu patrimônio os bens das "Usinas Termoeletricas de Charqueadas S/A", "Termoeletrica de Alegrete S/A" e "Sociedade Termoeletrica de Capivari S/A", configurando-se, assim, como a grande Empresa federal de produção de eletricidade nos 3 Estados do sul do País. Iniciou-se também a unificação das empresas elétricas atuantes no Ceará, constituindo-se a Companhia de Eletricidade do Ceará — COELCE, que englobará a Cia. Nordeste de Eletrificação de Fortaleza, a Cia. de Eletrificação Centro Norte, a Cia. de Eletrificação do Cariri, e parte da Cia. de Eletrificação Rural do Nordeste.

Chegaram a 380 milhões de dólares os recursos externos para o setor energético, contratados e negociados com Bancos e Agências financeiras internacionais.

Enriqueceu-se a legislação referente a energia elétrica, merecendo especial destaque os seguintes aspectos considerados pela Lei n.º 5.655, de 25 de maio de 1971:

- remuneração do investimento, em bases compatíveis com as necessidades de reinvestimentos do setor;
- reformulação dos conceitos de amortização e reversão, bem como modificação da cobrança e da aplicação das respectivas quotas, instituindo-se o "Fundo Global de Reversão" a ser administrado pela ELETROBRAS;
- modificação das alíquotas do empréstimo compulsório e do Imposto Único sobre Energia Elétrica.

Na economia nacional de petróleo, sofreram-se os efeitos da majoração dos preços do petróleo bruto no mercado internacional, o que acarretou imoderado aumento dos preços dos seus derivados, no mercado interno, e concorreu para que fosse superior em cerca de 50% o dispêndio de divisas no setor, relativamente ao de 1970.

Não obstante esse aspecto desfavorável, a demanda total de derivados de petróleo experimentou, em 1971, aumento de 11,6% em relação ao ano anterior.

O crescimento real das vendas, aliado a adequada política de preços, permitiu o faturamento, pela PETROBRAS, de 8 bilhões e 820 milhões de cruzeiros, superior em 33% ao verificado em 1970, enquanto seus investimentos, principalmente nas áreas

de exploração e refino de petróleo, se elevaram a 1 bilhão e 964 milhões de cruzeiros.

Considerável esforço desenvolveu-se no campo das pesquisas de jazidas de petróleo, descobrindo-se novos depósitos em Caioba e Camorim na plataforma continental de Sergipe, e em Miranga-Norte e Remanso na bacia terrestre da Bahia. Com ênfase especial na plataforma continental, mantiveram-se em operações de perfuração submarina cinco plataformas móveis, com moderno e eficiente equipamento de sondagem, além de dois navios Tenders, também providos de equipamento de sondagem.

Além das ampliações e melhoramentos técnicos introduzidos nas refinarias existentes, acha-se virtualmente concluída a construção e montagem dos equipamentos da Refinaria de Paulínea, em São Paulo, cuja capacidade de processamento será de 20.000 m³ por dia.

Ainda no mesmo setor, pode-se registrar, especialmente, o início, em dezembro último, da operação experimental da Usina Piloto, de processamento de xistos de Irati, no Paraná.

Alcançando, no exercício, 9 milhões e 900 mil m³, a produção de petróleo bruto superou em cerca de 4% a do ano anterior. Observaram-se, ainda em 1971, acréscimos significativos nas seguintes produções: gás liquefeito de petróleo: 15%; óleos combustíveis: 11%; gasolinas automotivas: 6,5%; e óleo Diesel: 6,5%.

O processamento de petróleo bruto nas refinarias e fábricas de asfalto apresentou acréscimo de 7,5% sobre o ano anterior, atingindo cerca de 28.700 m³, ou sejam, 180 milhões e 400 mil barris.

Ampliou-se e modernizou-se a Frota Nacional de Petroleiros, cuja carga, movimentada em navios próprios ou afretados, atingiu 28,3 milhões de toneladas, o que representa acréscimo de 26% sobre o total do último ano. Prosseguiram, de outra parte, as obras de ampliação e modernização dos terminais de oleodutos, em sintonia com o crescente aumento da movimentação de petróleo e derivados.

Dos 25 milhões de m³ de petróleo bruto importado, 200 mil foram re-exportados para a Argentina. Aproximadamente de 416,7 milhões de dólares foi o valor CIF do petróleo importado para atender ao consumo brasileiro, correspondendo a US\$ 2,67/barril.

Expressivos resultados foram obtidos no setor de produção e exportação de minério de ferro pela Cia. Vale do Rio Doce, que alcançou acréscimo de 16% em relação ao ano anterior, ao passar de 21.800.000 toneladas exportadas em 1970, para 25.300.000 em 1971. Por aquela Com-

panhia acha-se contratada, a longo prazo, com empresas estrangeiras exportação de 8 milhões e 675 mil toneladas, no valor de US\$ 75.395.000.

No mercado interno, assinaram-se contratos de venda, também a longo prazo, no total de 1.435.000 toneladas, no valor de Cr\$ 98,5 milhões.

Pela Companhia Vale do Rio Doce foram transportadas e embarcadas, para exportação, em suas instalações portuárias de Tubarão, 2.900.000 toneladas de minério de ferro, produzidas por empresas privadas, acusando acréscimo de 29% relativamente ao ano anterior.

Prosseguiram com grande intensidade os trabalhos de pesquisa e dimensionamento da jazida de minério de ferro da serra dos Carajás, no Pará, devendo-se definir, em 1972, a exequibilidade econômica de sua exploração imediata. Iniciou-se, ainda em 1971, a implantação do projeto aprovado pelo Governo naquele ano, para exploração das jazidas de minério de ferro do vale de Paraopeba, em Minas Gerais, a cargo de empresa privada, objetivando exportação inicial de 15.000.000 toneladas, pelo terminal marítimo de Sepetiba, no Estado do Rio.

Além dos trabalhos de pesquisas de sua própria iniciativa, realizou a Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais (Sociedade de Economia Mista) extenso programa de levantamentos e pesquisas geológicas e hidrologicas para o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

No campo da pesquisa mineral, recebeu aquela Companhia solicitações de financiamento, no montante de Cr\$ 64.103.000,00, divididos em 13 projetos, dos quais 5 já foram aprovados.

Interior

Destacaram-se, em 1971, entre as atividades do Ministério do Interior, as seguintes medidas: 1) fechamento progressivo das frentes de trabalho estabelecidas em função da estiagem no Nordeste, em 1970; 2) novo esquema operacional do Sistema Financeiro da Habitação; 3) ampliação, de quatro para dez, dos "campi" avançados do Projeto Rondon e planejamento da instalação de mais cinco, nas regiões Norte e Nordeste.

Em colaboração com os Estados da região amazônica e todos os Ministérios, elaborou-se, por iniciativa da SUDAM, o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, cujos estudos para sua implantação e montagem do seu mecanismo de acompanhamento foram contratados com firmas nacionais e estrangeiras.

Para aquela região, 61 projetos de incentivos fiscais foram aprovados e

concedidas 17 isenções, que representam investimento global superior a 1 bilhão de cruzeiros. Os projetos agropecuários aprovados cobrem área de mais de 1 milhão e 300 mil hectares e abrangem quase um milhão de cabeças.

Com o objetivo de atribuir ao Banco da Amazônia condições efetivas de órgão de desenvolvimento regional, instituíram-se os Programas de Assistência Financeira no Setor da Borracha Vegetal e Especial de Crédito Rural, em cuja execução alcançou, até novembro de 1971, aplicações da ordem de Cr\$ 609 milhões e lucros de Cr\$ 18 milhões.

Através da Zona Franca de Manaus, as importações atingiram o valor comercial total de Cr\$ 900 milhões, aproximadamente, representando as mercadorias de origem nacional 60% dessa importância global, tendo sido beneficiadas com a instalação de Pontos de Fiscalização da SUFRAMA 16 cidades do Amazonas e ainda Rondônia e Acre.

Atingida a fase de implantação dos Distritos Industrial e Agropecuário, criaram-se a Área Internacional destinada à estocagem de mercadorias estrangeiras e a Área Turística para desenvolvimento da região de Manaus.

No Amapá inaugurou-se o sistema de abastecimento d'água em Macapá e concluiu-se a rodovia BR-156, Macapá-Oiapoque.

Inaugurou-se, em Roraima, estação de tratamento d'água em Boa Vista, e 2.000 m de pontes metálicas, naquele Território, foram contratados com a USIMINAS.

Em Rondônia, construíram-se 35 escolas, a maternidade de Guajará-Mirim, além de bloco cirúrgico, laboratório e nova rede elétrica em Porto Velho.

No Nordeste, foi relevante o desempenho da SUDENE ao proceder à desmobilização das Frentes de Trabalho junto às populações atingidas pela seca, assistindo e providenciando o retorno dos alistados às suas atividades normais, tendo resultado daí transferir para os Estados e entidades executoras mais de 700 veículos e 900.000 ferramentas.

Além do auxílio a Governos Estaduais e Municipais na implantação de projetos de saneamento básico e redes de energia elétrica, prestou a SUDENE assistência técnica e financeira a vários níveis de ensino; operou rede hidrometeorológica com cerca de 2.300 estações e promoveu, por intermédio do RADAM, levantamentos básicos no Maranhão, Piauí e Bahia.

Com os projetos aprovados no exercício, somaram 1.339 os empreendimentos beneficiados com incentivos fiscais, correspondendo a investimen-

to em excesso de 15 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, a preços de 1971.

Por intermédio do Banco do Nordeste do Brasil, realizaram-se mais de 12 mil operações de crédito rural, industrial e serviços básicos, acusando, no fim do exercício, recursos à sua disposição na importância de 2 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, correspondendo a depósitos de incentivos fiscais 39,3% desse montante, e registrando-se acréscimo de 51% no lucro líquido anual, relativamente ao de 1970.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) concentraram-se, em 1971, na execução do Primeiro Plano de Irrigação do Nordeste, parte relevante do Programa de Integração Nacional e atacaram 56 projetos que abrangem superfície agrícola útil superior a meio milhão de hectares, já se encontrando em fase de implantação mais de 6 mil. Além de intensas atividades de pesquisa e experimentação em áreas irrigadas, bem como trabalhos de piscicultura, procedeu-se ainda à construção das adutoras regionais do Agreste e Sertaneja, beneficiando 24 cidades de Alagoas e Sergipe.

No Sudoeste do Rio Grande do Sul, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul concluiu a proposta de Plano de Desenvolvimento do Sul e atuou nos projetos-piloto de pecuária e agricultura da área de 72 mil km², tendo ainda colaborado com o DNOS e a OEA no Noroeste do Paraná, região prioritária no esquema de estudos da Bacia do Prata.

No Centro-Oeste, concentrou-se a SUDECO na realização de estradas pioneiras (BR-070 e BR-080) de ampliação da fronteira econômica e atendimento aos projetos agropecuários do Norte de Mato Grosso e Sul do Pará, tendo ainda colaborado com órgãos estaduais em projetos de saneamento básico para 87 municípios, linhas de transmissão de energia elétrica e combate à febre aftosa.

No campo do desenvolvimento urbano e local, no exercício de 1971, foram aplicados, por intermédio do Banco Nacional da Habitação (transformado em empresa pública), cerca de Cr\$ 4 bilhões, gerando investimentos de Cr\$ 9,1 bilhões, com capital e reservas de Cr\$ 1,6 bilhões e ativo real da ordem de Cr\$ 11,9 bilhões.

Concluindo, no exercício, 117.000 unidades habitacionais, totalizou o BNH, desde a sua criação, 561.000 já entregues e 767.000 financiadas.

Cuidou o Governo de facilitar a aquisição da casa própria a famílias de menor renda, ampliando os prazos de financiamento e reduzindo os juros. Estabilizada em 3% a remunera-

ção dos depósitos do FGTS, tornou-se possível mobilizá-los para o pagamento de prestações que, pelo novo esquema, podem ser inferiores às atualmente devidas. Tais depósitos atingiram, em 1971, o nível dos Cr\$ 10 bilhões, aos quais creditou o BNH cerca de Cr\$ 2 bilhões em juros e correção.

Apresentou sensível ampliação de seus instrumentos o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, contando-se já mais de dois milhões de cadernetas de poupança.

Especial impulso mereceu o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), que visa atender, até 1980, com serviços de saneamento básico, 80% da população urbana. Obras orçadas em Cr\$ 2,5 bilhões estão em andamento em 340 municípios dos 2.179 já comprometidos.

No campo do desenvolvimento urbano e local, importa consignar-se ainda: o início do programa de controle da poluição das águas; a ampliação dos financiamentos à indústria do material de construção; o desenvolvimento do programa de formação e aperfeiçoamento da mão-de-obra; o crescente atendimento, por intermédio do SERFHAU, às necessidades do planejamento urbano, treinamento da administração local e capacitação de recursos humanos; a realização de obras de proteção contra inundações, tais como as barragens do sistema de Tapacurá, os trabalhos nos rios Meriti e Sarapuí, barragens Oeste e Sul do Vale do Itajaí, drenagem e endicamento na Baixada dos Goitacazes; a conclusão de cais de saneamento, galerias, canalizações e aterros, executados pelo DNOS, em Belém, São Luís, Recife, Curitiba, Porto Alegre, Manaus, Santarém, Boa Vista, Belo Horizonte e Registro; o prosseguimento da execução de vários projetos de saneamento básico em Caxias do Sul, Aracaju, Campo Grande, Pelotas e outras cidades, bem como irrigação nos rios Duro-Camaquã, Sapucaí e Ceará-Mirim, respectivamente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

Por intermédio da FUNAI, estenderam-se a mais de 50.000 silvícolas serviços médico-sanitários, tratando-se também de proteger, com a implantação de bases avançadas, os indígenas localizados nas faixas das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Criou-se o Parque Indígena do Araguaia, demarcaram-se as Reservas, e com isso permitiu-se a duplicação da renda do Patrimônio Indígena, que reverte em benefício dos índios, pela dinamização das atividades agrícolas, com as culturas de trigo, soja e arroz.

Com os "campi" avançados de Porto Velho, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Marabá, Altamira e Santarém, atin-

giu o Projeto Rondon o total de 10 unidades de vanguarda universitária, ingressando definitivamente em sua fase de permanência operacional, a partir das Operações VI e VIII, com cerca de 5.600 participantes.

O Grupo Especial para Assuntos de Calamidade Pública atendeu, em 1971, às vítimas de inundações no Amazonas e na Bahia, elaborou Manual para orientação das autoridades locais e estimulou os Estados a criarem Comissões de Defesa Civil.

O Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola, em apoio aos trabalhos de planejamento e realização pelos órgãos especializados, organizou e operou o Cadastro Especial de empresas nacionais, bem como o Catálogo de Referências de Empresas Estrangeiras. Promoveu também cursos especializados com entidades nacionais e estrangeiras, e concluiu o Projeto do Plano Nacional de Irrigação, atraindo para aquelas atividades financiamentos externos e empresas privadas.

POLÍTICA SOCIAL

Educação e Cultura

Continuou o Ministério da Educação e Cultura, no exercício de 1971, sendo o mais bem contemplado no orçamento da União, conforme política firmemente mantida desde 1965.

Os esforços do Governo nessa área, objetivados em inúmeros projetos, perseguiram, sobretudo:

- a democratização do ensino, traduzida em iguais oportunidades para todos, eliminando-se gradativamente as tendências de elitização;
- a preponderância da educação para a vida, sobre a velha concepção da "educação para os salões";
- elevada produtividade do sistema, pela melhoria da qualidade e do status do magistério e adequado equipamento das escolas.

Fortalecendo o princípio da democratização do ensino, verificou-se a seguinte evolução das matrículas nos diversos níveis de ensino:

- no primário, 13.324.510 matrículas em 1971, contra 12.812.029 em 1970.
- no nível médio, 4.724.675, matrículas em 1971, contra 4.083.586 em 1970.
- no nível superior, 543.501 matrículas em 1971, contra 430.473 em 1970.

Enquanto, em 1966, tínhamos apenas 180.109 estudantes em todos os cursos superiores, em 1971, só para os vestibulares, ofereceram-se nada menos de 170.000 vagas, que já ultrapassaram 200.000 em 1972. Para cada 100 mil habitantes, contamos hoje mais de 500 alunos de curso su-

perior. Em números absolutos, o Brasil já tem mais estudantes do que alguns países desenvolvidos da Europa.

Em cursos de pós-graduação, atingiu o Brasil posição altamente favorável, sem paralelo na América Latina, contando nesses cursos com mais de 4.000 estudantes, em 1971.

Unificando os exames vestibulares por área, o Governo emprestou-lhes caráter democrático e retirou-lhes a natureza devastadora das provas com grau mínimo de aprovação.

São expressivos os indicadores ultimamente revelados na relação vaga/candidatos, das áreas mais procuradas:

- em Medicina, de 1 vaga para 8 candidatos, indicada anteriormente, tivemos 1 vaga para 5,3 candidatos;
- em Engenharia, de 1 vaga para 4, passamos a 1 vaga para 2,2 candidatos.

Êxito impressionante obteve o MOBIL, apresentando, no exercício, ... 2.766.578 alunos matriculados, assim distribuídos:

— Alfabetização	2.490.336
— Educação Integral	33.602
— Desenvolvimento comunitário	242.640

A estatística acusa 1.600.000 adultos e adolescentes alfabetizados pelo MOBIL, até dezembro de 1971.

A Loteria Esportiva e a dedução do Imposto de Renda (Decreto-lei n.º 1.124/70) forneceram 94,5% do total da receita destinada ao MOBIL, percentagem essa representada por Cr\$ 77.900.000,00.

O custo médio do alfabetizado orçou em Cr\$ 32,70, um dos mais baixos do mundo.

Além do MOBIL, atua na alfabetização de adolescentes e adultos o Movimento de Educação de Base (MEB), que, em 1971, firmou convênio com o MEC no valor de Cr\$ 3.800.000,00, destinados a alfabetizar e proporcionar educação de base a 83.300 pessoas.

O "Projeto Minerva", utilizando técnicas comprovadas pelas experiências das escolas radiofônicas, alcançou perto de 200.000 alunos, do primário dinâmico ao maduro ginasial, preponderantemente nas regiões de população dispersa, que a escola convencional ainda levará algum tempo a atingir. Em 1972, esses cursos abrangerão 275.000 alunos, e teremos, só para o primário dinâmico, 1.880 radionovos no trabalho de recepção organizada, do Acre a São Paulo.

Aplicou-se a televisão educativa especialmente na transmissão dos cursos de maduro e "flashes" de informações gerais. Ultimada a construção do seu Centro de Produção no primeiro trimestre do corrente ano, e utilizando modernas técnicas de te-

ledidática, deverá a televisão educativa ser a grande impulsionadora do ensino supletivo, desde a alfabetização até o preparatório para vestibulares.

Evento de alta significação, durante o exercício, foi a promulgação da Lei n.º 5.692, que reformulou o ensino de 1.º e 2.º graus, dando cumprimento ao postulado constitucional, que torna obrigatória e consequentemente gratuita a educação até os 14 anos de idade. Para implantação dessa reforma, prosseguiram, em planejamento nacional, a construção de estabelecimentos adequados e o intensivo treinamento de recursos humanos, promovendo-se cursos para interpretação e difusão da Reforma, e assessorando-se as Secretarias Estaduais para implantação do planejamento educacional, tanto na elaboração do "Plano Prévio" para implementação da Lei n.º 5.692/71, quanto para Planejamento Integrado, com projetos interrelacionados e progressivos.

Prossseguiu a implantação da reforma universitária, introduzindo-se o ciclo geral de estudos e dinamizando-se a construção de seus "campi". Enfrentou-se, com determinação, o desafio que era o "campus" da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cumprindo-se rigorosamente o cronograma de obras e equipamentos, para inauguração da primeira fase em setembro de 1972.

Buscando maior participação do professor e assegurando-lhe a dignidade profissional, estabeleceu o Governo tetos mínimos de pagamento, sem esquecer o professor "leigo", pela primeira vez amparado por legislação específica.

No ensino superior, o projeto de regimes diferenciados de trabalho incorporou 8.951 professores, com dispêndio global de Cr\$ 163.000.000,00. Com esse novo regime, o professor titular, que antes percebia menos de 800 cruzeiros por mês, atualmente, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, está com remuneração de 4.700 cruzeiros mensais. Em 1972, a previsão de gastos com esse programa é de Cr\$ 180.000.000,00.

Globalmente, a política de assistência ao estudante se efetivou mediante auxílio às entidades estudantis de prestação de serviços à comunidade e, individualmente, mediante regime de bolsas de manutenção em escolas particulares, ou de contraprestação de trabalhos, ou ainda, de alimentação.

Nesse apoio ao estudante carente de recursos, aplicou o Governo, em 1971, a soma de Cr\$ 20.024.979,00 contra Cr\$ 10.419.097,00 em 1970.

Atendeu a Campanha Nacional de Alimentação Escolar 11.107.774 escolares com recursos de Cr\$ 38.500.000,00 que representam aumento de 290% relativamente aos de 1970, enquanto o número de escolares atendidos au-

mentou 6,6% em 1971, em relação ao ano anterior.

Cerca de 10.000.000 de livros para o nível fundamental serão colocados, no início do ano letivo de 1972, em 12.000 escolas, mediante convênio com os Estados e Municípios, dispondo as Secretarias de Educação dos Estados de 7.057.637 livros, para entrega gratuita, enquanto as editoras poderão comercializar os restantes, com abatimento de 40% do preço de venda.

Para o livro de texto do ensino superior, estão previstos

Cr\$ 10.000.000,00, estimando-se colocar, inicialmente, 1 livro para cada 10 alunos, nas bibliotecas das Universidades e Escolas Superiores.

Na produção de material escolar e na editoração de atlas e dicionários a custo ínfimo, atuou firmemente e com expressivos resultados a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME).

Para o Programa Operação-Escolar, assinaram-se convênios entre o MEC e os Estados, no total de 30 milhões de cruzeiros, destinados a construção, equipamento e aparelhamento de salas de aula; ampliação e reforma de prédios e salas; suplementação salarial para professores; treinamento e atualização de professores, supervisores e diretores.

Executando o Programa Nacional de Ginásios Orientados para o Trabalho, iniciou-se, nos quatro Estados participantes, a construção de 115 escolas polivalentes, 49 das quais concluídas em 1971. Em 16 outros Estados, iniciaram-se também construções de escolas-modelo, planejadas com o objetivo principal de prover a orientação vocacional.

O Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra teve intensificado o seu Projeto com a finalidade de especializar e aperfeiçoar nos três setores da economia, e habilitar novos profissionais, por meio de cursos intensivos, particularmente nas escolas agrícolas, industriais e comerciais.

No Programa de Construção da Primeira Etapa dos "Campi" Universitários, tiveram prioridade inicial, para as obras e equipamentos, as universidades federais do Pará, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Brasília. Vêm recebendo também recursos outras Universidades, para construção e equipamento de seus "campi".

Destaque especial foi dado ao "campus" da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ilha do Fundão) no valor de Cr\$ 20.000.000,00 só em 1971, além de Cr\$ 18.000.000,00 para a Escola de Educação Física e campos de esportes. Empréstimo especial, no montante de 10 milhões de dólares, foi também concretizado em benefício dessa obra, em 1971.

Com recursos oriundos da Loteria Esportiva, houve, em 1971, a possibili-

dade de se iniciarem projetos de apoio à estrutura nacional dos desportos, além dos que envolvem todo o sistema educacional.

Foram também relevantes as atividades e realizações atinentes ao patrimônio histórico, às bibliotecas, aos museus, aos projetos especiais de cidades históricas e ao incentivo de nossas artes.

Saúde

Na Política Nacional de Saúde, tratou o Governo, em 1971, principalmente de intensificar o combate às doenças transmissíveis; melhorar a produtividade do sistema de proteção e recuperação da saúde; executar medidas de proteção materno-infantil; desenvolver as pesquisas pura e aplicada; intensificar as medidas de saneamento básico e educação sanitária.

No combate às doenças transmissíveis, promoveu o Governo intensa campanha contra a malária. Alcançando desinsetizar 117.621 localidades, dedetizou 2.485.415 casas, protegendo diretamente contra a doença 9.841.674 pessoas.

Plano especial de combate à endemia foi estabelecido, também, para atender às áreas influenciadas pela construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, o que permitiu completo controle dos surtos ocorridos em Manaus e Porto Velho.

Teve a Campanha de Erradicação da Varíola o mais absoluto êxito. Erradicada a doença no País, passou-se agora apenas à fase de vigilância. Em 1971, foram vacinadas mais de 40 milhões de pessoas que, somadas às anteriormente imunizadas, totalizam cerca de 90% da população, precisamente 89.772.587 pessoas. Em todo o território nacional, dedicam-se ao trabalho de vigilância antivariólica 19 unidades apoiadas em 3.135 postos de notificação.

Quanto à profilaxia da doença de Chagas, continua o combate aos vetores para interromper a transmissão. Promoveram-se, com esse fim, levantamentos epidemiológicos em 10.538 localidades, expurgando-se 250.494 habitações das 556.996 visitadas, e planejando-se ainda grande Campanha Nacional para 1972.

Outro êxito a ser assinalado foi obtido pelos trabalhos de erradicação do *aedes aegypti*, transmissor da febre amarela, que hoje tem sua incidência reduzida praticamente a zero em toda a bacia amazônica. Graças a rigoroso combate a seus focos, os índices de infestações baixaram, em Belém, para 0,02%; em Soure, para 0,03%; e para 0% nas localidades atingidas no Maranhão e no Pará. Para esse resultado, inspecionaram-se 4.073.660 habitações, 47.707 embarcações e 145.409 veículos. Casos de febre amarela silvestre registraram-se apenas 11 em todo o território nacional.

No combate à leishmaniose, revelaram-se eficazes tanto a profilaxia do calazar quanto o tratamento aplicado à tegumentar.

Na luta contra a esquistossomose, além do combate aos focos do caramujo-hospedeiro, o tratamento tem oferecido mais de 90% na cura dos casos. Para a educação sanitária sobre essa endemia, teve ampla divulgação cartilha ilustrada do Ministério da Saúde, ensinando a evitar a doença. Em 1972 se iniciará Campanha Nacional contra a moléstia.

Será intensificado também o novo esquema integrado de combate à lepra, posto em prática em 1971, já com plano específico para enfrentar a doença na Amazônia.

Ainda em 1971, estabeleceu-se o Plano Nacional do Controle da Poliomielite, cujo "Plano-Piloto" foi inaugurado em Vitória, a 2 de setembro, onde se imunizaram cerca de 80% das crianças da faixa etária de 0 a 4 anos, no Espírito Santo. Estendendo-se agora aos Estados do Nordeste, a imunização terá atingido, em 1973, todos os Estados da Federação.

Prosseguiram normalmente as atividades de combate à tuberculose, ao tracoma, ao bócio endêmico, à boubá e demais doenças transmissíveis.

As atividades na Educação Sanitária alcançaram as metas previstas, principalmente quanto aos programas relativos à lepra, à tuberculose e à poliomielite.

Dentre as obras de saneamento básico mais significativas, a de maior extensão foi a entrega de 113 sistemas de abastecimento d'água às populações do interior, os quais vieram beneficiar mais de dois milhões de habitantes.

Têm merecido especial atenção do Ministério da Saúde os problemas da poluição ambiental, cujos estudos deverão indicar medidas a serem adotadas no próximo exercício.

Em matéria de organização sanitária, além da assistência técnica aos Estados e Municípios, programou-se o reequipamento de 11 unidades sanitárias de Alagoas, bem como destacaram-se recursos para equipar, até 1973, 811 unidades sanitárias da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí.

Cabe consignar, pela sua relevância, a escolha do Brasil, em 1971, para sede do Instituto Pan-Americano de Qualidade de Medicamentos, bem como o advento da Lei n.º 5.726-71 sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

No campo da assistência materno-infantil, importantes medidas foram dadas pelo Decreto n.º 69.514, de 9 de novembro de 1971, visando a maior e melhor atendimento à gestante, à nutriz, aos lactentes, à criança em

idade pré-escolar e à criança em idade escolar. Com esse objetivo, deu ainda o Governo assistência especial aos núcleos populacionais instalados em decorrência da construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, além de beneficiar 600.000 crianças com a alimentação supletiva escolar.

No que concerne à assistência médico-hospitalar, prosseguiram os estudos e projetos técnicos para construção de serviços assistenciais específicos, e forneceram-se subvenções sociais a 313 entidades, bem como auxílio para equipamento, instalações e obras públicas a 25 instituições, no valor total de Cr\$ 2.084.000,00.

Merecem ressaltadas as realizações da Campanha de Combate ao Câncer, não só pelo seu intenso programa educativo, mas também pela criação dos "Registros de Câncer" em Porto Alegre, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Salvador, Aracaju e João Pessoa, a par da renovação dos que existiam em São Paulo, Recife e Belém, e ainda pelas medidas tomadas para instalar outros em Natal, Londrina, São Luis, Cuiabá e Maceió.

A Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP) prosseguiu atuando intensamente em 1971, sobretudo nos campos da clínica médica, da cirurgia, da pediatria, da obstetrícia e da odontologia. Suas atividades abrangeram 172 municípios, atendendo 1.381.867 pessoas.

Por intermédio dos órgãos da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, efetuou-se volume de trabalho bastante expressivo no campo de pesquisas, estudos e produção de vacinas, medicamentos, pesticidas e inseticidas.

No âmbito da Coordenação de Assuntos Internacionais de Saúde, foram firmados:

- Acordo sanitário com o Paraguai visando à luta comum contra doenças transmissíveis nas áreas fronteiriças.
- Convenio entre o Instituto Superior de Saúde de Roma e a Fundação Instituto Oswaldo Cruz para intercâmbio científico no campo da química.
- Convênios com a Organização Pan-Americana de Saúde, a Organização Mundial de Saúde, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, objetivando a pesquisa e ensino da dinâmica populacional; a poluição do ar; a luta contra a febre amarela, a malária e a varíola; a campanha contra a poliomielite; e ainda o saneamento básico e a pesquisa sobre doenças tropicais.

Logrou o Brasil aprovação de todas as suas teses na Sétima Reunião dos Ministros da Saúde da Bacia do Prata, bem como da que apresentou em fa-

vor de maiores recursos médicos para a América Latina, na Vigésima Quarta Assembleia da Organização Mundial de Saúde, em Genebra.

Foi também distinguido o Brasil, em 1971, ao ser eleito membro da Comissão Executiva da Organização Pan-Americana de Saúde, em Washington.

Nos campos da virologia, da bacteriologia, da parasitologia e da epidemiologia, intensificaram-se as pesquisas, por intermédio da Operação Oswaldo Cruz, com o fim de proteger os futuros núcleos de colonização previstos no Plano de Integração Nacional, em decorrência da construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Para essas áreas, criou-se também a "Carteira de Saúde" para cadastramento sanitário de trabalhadores e colonizadores.

Trabalho e Previdência Social

As atividades do Governo, na área do Trabalho e Previdência Social, caracterizaram-se, em 1971, por uma série de medidas para execução do Plano de Valorização da Ação Sindical.

O objetivo do Plano é fortalecer os sindicatos, tornando-os instrumentos efetivos de justiça social e não simples porta-vozes de reivindicação no tocante a salários.

O imperativo do combate à inflação exige que somente de forma gradual se aumentem os meios de pagamento e, por isso, procura o Governo a suplementação dos salários, indiretamente acrescidos, graças a múltiplas modalidades de vantagens, concedidas ao trabalhador pelo Plano de Valorização da Ação Sindical.

Merece, entretanto, especial destaque o fato de, no decurso de um ano, haverem sido aumentados de 40%, em duas etapas, os níveis do salário-mínimo. Ao mesmo tempo, progrediu-se mais um pouco na política de uniformização do salário-mínimo em todo o País. As faixas diferenciais, em número de doze no ano de 1969, estão reduzidas presentemente a seis, sendo de notar que a redução não provocou abalo algum da economia e serviu às finalidades previstas, entre as quais a de melhorar as condições de vida no Norte e Nordeste.

Ao lado dessas medidas, que se vêm somar às decorrentes da aplicação do Programa de Integração Social, em pleno funcionamento desde junho de 1971, vale destacar a implantação de serviços ambulatoriais, que estão atendendo a mais de 500 sindicatos; a instituição de "Cursos de Administradores Sindicais", destinados a dirigentes de sindicatos; as facilidades que, mediante empréstimos e financiamentos, se concederam a entidades sindicais para o incentivo de atividades culturais e recreativas, especialmente criação de colônias de férias para trabalhadores, e, por fim, o Pro-

grama Especial de Bolsas-de-Estudo, que distribuiu, em 1971, 146.404 bolsas-de-estudo a filhos de trabalhadores, filiados a 2.562 sindicatos.

Preocupou-se esse Programa em dar aos filhos de trabalhadores instrução metódica, lançando quatro tipos de bolsas de nível médio, entre as quais a reembolsável, reservada a estudantes de cursos técnicos, tendo em vista a preparação do operariado para plena participação nos frutos do progresso tecnológico.

Igualmente, o Departamento Nacional de Mão-de-Obra, mediante convênios com o Banco Nacional da Habitação, SUDENE, SUDAM, SENAI, SENAC e Ministério do Exército, proporcionou aprendizado de vários tipos, notadamente no setor de serviços e na construção civil, a 86.340 trabalhadores.

A manutenção de Centros de Treinamento Profissional em unidades militares e a preparação de conscritos durante o período de prestação do serviço militar registraram êxito singular nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Guanabara, concorrendo para eliminação do subemprego e para o definitivo ajustamento dos conscritos às atividades da vida civil.

Paralelamente a esse esforço, foram intensificadas as pesquisas sobre demanda e oferta de empregos, com vistas à criação do Serviço Nacional de Emprego, ora em fase experimental, mas já dotado de agências de colocação num total de 223, em 16 Estados da Federação.

Na área da Previdência Social, os fatos e os números demonstram, não só o incremento da arrecadação, graças à concessão de parcelamentos a empresas em débito e a medidas intensivas de fiscalização, mas também a descentralização e ampliação do atendimento ambulatorial, mediante convênios com Governos estaduais e com entidades credenciadas.

A utilização de computadores e o teleprocessamento de dados permitiram controle mais eficiente das despesas de assistência médico-hospitalar e, também, melhor supervisão dos setores administrativos e de pessoal.

Para atender à massa de segurados e seus dependentes, que representam quase a metade da população brasileira, dispõe o INPS de 400 agências, 600 postos de Assistência e Benefícios, 27 hospitais próprios e mais de 2.400 unidades hospitalares, com as quais mantém convênios.

Com a vigência da Lei Complementar n.º 11, que lhe conferiu personalidade jurídica e maior autonomia, o FUNRURAL, se aparelhou, para a execução do Programa de Assistência ao Trabalhador RURAL — PRORURAL.

Presente em mais de 2.460 pontos do País, nas zonas rurais, o FUNRURAL antecipou, com a sua rede de

serviços, a inclusão do trabalhador do campo do sistema previdenciário.

Colaborou também o Ministério no setor de assistência médico-social, na Transamazônica. Duas unidades hospitalares foram inauguradas pelo FUNRURAL, e estão funcionando, em Marabá e Itaituba, enquanto o Departamento Nacional de Mão-de-Obra promoveu a identificação e a formação profissional de mais de 4.000 trabalhadores, na região da Transamazônica.

A assistência médica a esses trabalhadores está sendo regularmente prestada pelas empresas empreiteiras, em convênio com o INPS. O IPASE construiu dois grupos de casas, em Marabá e Itaituba, para os funcionários de Grupo-Tarefa com atuação em toda a área da Transamazônica.

O amparo ao servidor público civil é uma das metas que, em 1971, se pode considerar alcançada, graças à construção de mais de 3.000 unidades habitacionais para funcionários, na Guanabara, Pernambuco, Mato Grosso e Rio Grande do Norte; o término da construção do Hospital dos Servidores em Brasília; o funcionamento ininterrupto da Carteira de Empréstimos Simples, que beneficiou mais de 100 mil servidores civis, e, ainda, as melhorias introduzidas no Hospital dos Servidores do Estado, em condições de realizar 120 intervenções cirúrgicas por dia e com mais aperfeiçoado e moderno equipamento.

Por tais dados, a política social do Governo se define como esforço incessante de valorização do homem.

Comunicações

Na área das Comunicações, prosseguirá, em 1972, a execução dos programas encetados no exercício de 1971, e desenvolver-se-ão novos programas para incrementar e expandir os serviços de telecomunicações no País.

Representando a multiplicidade e diversidade de empresas telefônicas poderoso obstáculo ao desenvolvimento coordenado dos serviços públicos de telecomunicações, vem o Governo, por meio do programa de integração operacional de tais empresas, adotando medidas no sentido de formar uma só concessionária em cada Estado.

Para isso, no âmbito de cada Estado, coordenar-se-ão esforços, em 1972, junto às maiores concessionárias, para absorção de empresas menores, admitindo-se, somente em casos excepcionais e por prazo limitado, a existência de mais de uma por Estado, quando o indicarem razões históricas de desenvolvimento e condições sócio-econômicas de exploração dos serviços.

Prosseguirão, em 1972, os estudos para elaboração de plano nacional integrado e plurianual de expansão telefônica, com vistas a atender parcela preponderante da demanda reprimida de serviços públicos de telefonia.

Nesse planejamento global, elaborar-se-ão, para as diferentes regiões, planos de expansão telefônica, compreendendo basicamente estudos de demanda de serviços telefônicos urbanos e interurbanos em cada região, bem como programas detalhados de implantação, com as metas físicas e financeiras anuais para o período de execução.

Elaborar-se-ão tais planos nos moldes do Plano de Expansão de um milhão de novos terminais telefônicos, preparado sob a coordenação do Ministério, em 1971, para a área da Cia. Telefônica Brasileira, e já em execução.

Esses planos regionais constituirão plano de âmbito nacional com o objetivo de implantar 10 milhões de novos telefones no País, até 1985.

Em decorrência dos estudos realizados em 1971, dever-se-á instituir, em 1972, sociedade de economia mista federal com encargo de exercer, de forma centralizada, a coordenação operacional e o planejamento das concessionárias estaduais, devendo coordenar, de imediato, a implantação do Plano Integrado de Expansão Telefônica.

Sob supervisão direta do Ministério, a nova organização centralizará recursos de financiamento e investimentos no setor, prestará assistência técnica e administrativa às suas subsidiárias e associadas, ditará normas operacionais, estabelecerá diretrizes gerais de planejamento regional e fixará metas de desenvolvimento e objetivos de serviço para as diversas concessionárias.

Objetiva o Governo continuar incentivando a atividade das indústrias de equipamentos de telecomunicações instaladas no País, assegurando-lhes mercado constante e crescente, e contemplando-as objetivamente nos programas para este setor. Com isso, promover-se-á criação de novos empregos, assegurar-se-á estabilidade social, padronizar-se-ão progressivamente os equipamentos, e haverá substancial redução dos seus custos de produção, ampliando-se o mercado e a programação do consumo.

Para consecução dessa política, desenvolve o Governo diretrizes de longo prazo com vistas a propiciar à Indústria condições realistas para programar sua produção.

Para adequado suporte de pessoal aos programas a serem implantados, instituirá o Governo medidas capazes de garantir a especialização de pessoal técnico na quantidade e com as qualificações necessárias à efetiva execução daqueles programas.

Dentro dessa orientação, constituem objetivos para 1972:

- Aprovação de currículo necessário à formação de técnicos de nível médio em telefonia,

- Realização de projeto conjunto MINICOM / USAID / IPEA / CTB, para obter índices de eficiência nas concessionárias de serviços telefônicos.
- Coleta de dados necessários ao futuro dimensionamento regional de necessidades em recursos humanos, no setor das telecomunicações e postal.
- Determinação de pré-requisitos para localizar Centros Regionais de formação de pessoal.
- Criação de Grupo de Trabalho MINICOM/MEC para aplicar diretrizes de formação de pessoal em telecomunicações e serviços postais.
- Estudo de alternativas para equacionamento do problema de recursos humanos na área postal.

Prosseguirão os estudos para consolidação da legislação de telecomunicações do País, a fim de uniformizá-la e adequá-la à realidade atual e criar os instrumentos jurídicos indispensáveis aos programas de profundidade a serem encetados no setor.

A revisão do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n.º 4.117/62) e regulamentos complementares estarão concluídos no primeiro semestre de 1972.

Dar-se-á continuidade, em 1972, ao programa de participação nas reuniões e atividades dos organismos internacionais de telecomunicações, objetivando-se não somente manter os órgãos especializados do Governo a par dos mais recentes desenvolvimentos tecnológicos, no setor, mas sobretudo resguardar os interesses nacionais nas decisões políticas a serem adotadas por aqueles organismos.

O Brasil far-se-á presente não só na Comissão Interamericana de Telecomunicações, onde alcançou posição de destaque em 1971, como membro do Comitê Diretivo e Presidente da Comissão Técnica Permanente de Radiodifusão, mas também junto ao INTELSAT, organismo coordenador da implantação e do desenvolvimento da Rede Mundial de Comunicações por Satélites, e junto à União Internacional de Telecomunicações.

Ênfase especial merecerão os seguintes projetos, em 1972:

- Implantação do plano para 1 milhão de novos terminais telefônicos na área da CTB, englobando os Estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.
- Aprimoramento e expansão dos sistemas de telecomunicações operados por empresas estaduais, concessionárias de tais serviços, mediante cooperação e assistência na elaboração de planos integrados de expansão dos serviços, promovendo-se financiamento ou

realizando-se investimentos que propiciem a implantação desses planos.

- Implantação do Plano Nacional de Radiodifusão concluído em 1971.
- Implantação da TV a cores no País, prestando-se especial incentivo e apoio aos programas de fabricação de receptores apropriados e de equipamentos das emissoras de TV para adaptá-las ao novo processo.
- Implantação de rede integrada de âmbito nacional para difusão de programas educativos, cujo planejamento técnico já foi concluído em 1971.
- Continuação do aprimoramento dos serviços postais em todo o País, incluindo elaboração de planos para reestruturar e modernizar os Correios, compatibilizando esses serviços com o nível de desenvolvimento nacional.
- Prosseguimento dos trabalhos de expansão do Sistema Básico Nacional de Telecomunicações a cargo da EMBRATEL, propiciando-se comunicações rápidas e eficientes entre as capitais dos Estados e principais cidades do País.
- Prosseguimento dos trabalhos de instalação do cabo submarino BRACAN-I, ligando o Brasil à Europa, paralelamente com as medidas para ampliar a Estação Terrena de Itaboraí, para permitir-lhe operação com o satélite INTELSAT IV.
- Transferência dos serviços de telex da ECT para a EMBRATEL, bem como implantação de 13.500 novos terminais, a partir do corrente ano.
- Implantação de rede, em âmbito nacional, para teleprocessamento de dados.
- Implantação, pela EMBRATEL, da nova Rede Costeira de Telecomunicações, capaz de assegurar comunicações eficientes ao longo de toda a costa brasileira.
- Expansão das redes de comunicações interurbanas da CTB, incluindo implantação do sistema de Discagem Direta a Distância entre as principais cidades servidas pela empresa.
- Implantação, nas áreas do Grande Rio e Grande São Paulo, de centros de triagem de correspondência com processamento mecanizado, melhoria e modernização de agências postais metropolitanas, construção e instalação de agências distribuidoras nos municípios que compõem essas duas grandes áreas, e, nos outros municípios, expansão dos serviços locais, com aquisição de imóveis

e construção de prédios destinados a novas agências, com móveis e equipamentos adequados, bem como reforma e reaparelhamento de diversas outras já existentes.

- Modernização dos Serviços Telefônicos, com reaparelhamento de seus Centros e ampliação e melhoria de sua Rede, coordenadamente com a EMBRATEL, que deverá, no futuro, operar tais serviços.
- Treinamento de pessoal para a nova estrutura da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, prevendo-se formação de supervisores e gerentes, em nível médio e superior, bem como de servidores dos escalões inferiores.
- Transferência para Brasília da Administração Central da ECT, objetivando concentrá-la na Capital Federal, e possibilitando melhor coordenação e supervisão dos seus serviços administrativos, estando já quase concluído o projeto para construção do seu edifício-sede.

POLÍTICA EXTERNA

Relações Exteriores

Continuou o Brasil a buscar, em 1971, o fortalecimento da solidariedade interamericana, a segurança política hemisférica e a implantação de sistema de cooperação que favoreça a segurança econômica coletiva. Seu objetivo no Continente é, pois, somar esforços aos dos povos desta parte do mundo para realizar, com eles irmanado, seus ideais de paz e de progresso, ideal comum que impõe a presença atuante e a participação efetiva do Brasil nos foros continentais.

Sem quaisquer veleidades de hegemonia, fiel, como sempre, ao princípio de respeito à soberania das demais nações, e ciente de que seus problemas são, de modo geral, os mesmos de todos os demais países latino-americanos, tem o Brasil procurado com eles empreender ação conjunta, em defesa de interesses comuns.

A visita presidencial aos Estados Unidos da América e os encontros com os Chefes de Estado do Paraguai e da Colômbia; as visitas ao Brasil dos Ministros das Relações Exteriores do Peru, da Venezuela, da Colômbia e do Equador; e as viagens que, pela primeira vez na história, fez o Chanceler brasileiro à Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Trinidad-Tobago, Guiana e Suriname, abriram novos caminhos nas relações continentais, fortaleceram a comunidade latino-americana e a unidade hemisférica, criaram novos mecanismos de cooperação e aperfeiçoaram os já existentes. Estreitou-se o entendimento continental e o Brasil exerceu papel preponderante nesse processo.

No âmbito das Nações Unidas, o Brasil expressou o seu repúdio ao cha-

mado "realismo político", com que se procura instituir e justificar novas formas de congelamento de poder, bem como o estabelecimento, implícito ou explícito, de zonas de influência. Continuamos a acreditar que as Nações Unidas são a alternativa válida para as teorias de poder e de equilíbrio de poder, que alimentam ambições de hegemonia. Por isso, preocupa-nos, sobretudo, a ameaça que representa para sua sobrevivência como órgão normativo da sociedade dos Estados o ressurgimento de conceitos e práticas diplomáticas contrários aos Propósitos e Princípios da Carta de São Francisco. A falência de tais princípios significaria o caos, pois redundaria em erigir a força crua do poder econômico, científico e militar como padrão do comportamento internacional.

A segurança coletiva e o progresso sócio-econômico dos países em desenvolvimento são problemas cruciais de cuja solução depende o próprio convívio harmonioso entre as nações. Daí ser obrigação política e dever moral contribuir efetivamente os países ricos para o desenvolvimento das nações menos favorecidas ou, pelo menos, não lhe criarem obstáculos.

Espera o Brasil que o mundo desenvolvido coopere concretamente com os países em desenvolvimento para melhoria de suas condições de vida, bem como para estreitar e eliminar, no menor prazo possível, o hiato econômico, científico e tecnológico que os separa. Espera que os países desenvolvidos eliminem, antes do término desta Segunda Década do Desenvolvimento, os obstáculos externos que suas economias opõem à aceleração do crescimento das demais nações.

Consequentemente, não aceita o Brasil quaisquer limitações ao pleno aproveitamento de seus recursos no legítimo exercício de sua soberania. A exploração do seu mar territorial de 200 milhas, da plataforma continental subjacente e do seu subsolo são, assim, para o Brasil, direito legítimo e imperativo de seu progresso.

Não aceita também o Brasil quaisquer restrições ao livre acesso às conquistas da ciência e da técnica. Em todos os foros internacionais onde se discutiu o assunto, defendeu com ênfase a necessidade de promover a intensificação do processo de transferência de tecnologia dos países industrializados para os países em desenvolvimento e de rápida institucionalização dos instrumentos a isso adequados. Internamente, canalizou-se a maior parte da assistência recebida do exterior para projetos de interesse no desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Enriqueceu-se o diálogo com os países latino-americanos, em 1971, com intenso programa de cooperação cultural, sobretudo pela instalação de

Centro Brasileiro de Estudos, oferecimento de bolsa de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras e envio de técnicos para prestar assistência a diversos países da região.

Com a Europa Ocidental, empenha-se o Brasil em reforçar os vínculos políticos, econômicos e culturais. O extraordinário florescimento econômico dos países daquela área, na última década, e a busca de novos mercados para seus produtos e novos campos para seus investimentos — concomitantes ao período de excepcional crescimento da economia brasileira e de vigoroso impulso às nossas exportações — levam a inevitável encontro de interesses e significativa melhoria da Europa Ocidental no quadro de nossa política econômico-comercial, bem como no campo da cooperação técnico-científica.

Com os países do Leste Europeu, não se descuraram as oportunidades de expansão do intercâmbio e das relações econômicas. Ao mesmo tempo que incrementa suas relações econômico-comerciais com o Japão, busca o Brasil maior aproximação com outros países da Ásia.

Com os países do Oriente Médio e do norte da África, procura o Brasil desenvolver as possibilidades de intercâmbio mais ativo e diversificado, mantendo-se equidistante em relação às disputas e diferenças entre eles e sustentando sua crença no princípio de solução pacífica das controvérsias internacionais.

Reconhecemos as possibilidades de incrementar nossas relações com os países da África subsaariana, principalmente os da África Ocidental, tendo em conta os laços culturais que deles nos aproximam, a possibilidade de ampliar mercados, a crescente importância política que vêm adquirindo na comunidade internacional e, ainda, a não menos importante conveniência de conciliar esforços para proteção comum dos produtos primários de exportação.

POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA

Justiça

Por intermédio do Ministério da Justiça, tratou o Governo de assegurar as prerrogativas de independência dos Poderes da República e promover a harmonização necessária para preservar-se a tranquilidade político-social. Com esse propósito, ensinou a contínua recuperação econômica do País e deu curso à ação dinâmica do processo de desenvolvimento, garantindo os objetivos fixados no Plano de Metas e Bases do Governo.

Junto ao Congresso Nacional, empenhou-se em obter unidade de pensamento e propósitos na atividade política mais apropriada à segurança nacional, preocupando-se em proporcionar o pleno e efetivo cumprimento

das atribuições constitucionais deferidas ao Legislativo.

Ao Poder Judiciário garantiu o Governo a manutenção de sua estrutura e funcionamento, assegurando justiça pronta e eficaz.

Preservando a ordem jurídica, os direitos políticos, as garantias constitucionais e a segurança interna, seguiu diretrizes que apontam o exato caminho para alcançar o País a projeção merecida no concerto das nações.

Foram objetos da ação setorial, nos limites da competência constitucional e legal: problemas relacionados com a nacionalidade, cidadania e estrangeiros; repressão ao tráfico de entorpecentes e ao contrabando; apuração de ilícitos contra bens, serviços e interesses da União; defesa dos direitos da pessoa humana; supervisão normativa e orientação dos sistemas penitenciário, do trânsito e de assistência aos menores; representação e defesa da União em Juízo e diligências junto ao Poder Judiciário para fiel cumprimento das leis; divulgação, documentação e arquivo dos atos oficiais.

Com o objetivo de aprimorar a ordem jurídica e proporcionar o aperfeiçoamento do direito pátrio, prosseguiram as tarefas de apreciação do Código Penal, Código de Processo Penal, Lei das Contravenções Penais, Código das Execuções Penais, Código de Menores, Código de Direito do Autor e Direitos Conexos, Código da Navegação, Código Civil, Código de Processo Civil, Lei de Registros Públicos.

Em maior entrosamento com os demais órgãos do Governo Federal e com as autoridades estaduais, o Departamento de Polícia Federal atuou intensamente nas áreas de contrabando e descaminho, na perseguição de sonegadores fiscais, e em seu trabalho preventivo e repressivo contra a subversão e o terrorismo.

No que tange à Defesa Econômica, prosseguiu-se o esforço de reprimir os abusos do poder econômico e, quanto ao controle para as entidades autônomas, assinalou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica pleno ajustamento da sua organização com a sistemática do Decreto-lei n.º 200.

Cuidou-se de reformas no Arquivo Nacional, Departamento de Imprensa Nacional e de convênios com a NOVACAP para conclusão do Edifício-sede do Ministério, em Brasília, e foi necessariamente reequipado o Serviço de Comunicações para proporcionar ao público todas as facilidades expressamente recomendadas pela Presidência da República, em ato normativo.

Com o objetivo de facilitar, em termos da moderna administração por objetivos, toda eficiência e dinamismo à atuação setorial, tratou aquele Ministério da implementação da sua

Reforma Administrativa, o que lhe permitiu celebrar, no fim do exercício, acordo definitivo, para oito projetos destinados àquela Reforma, e desenvolver, regularmente, estudo em separado referente ao Departamento de Polícia Federal.

Encontraram necessária ressonância as promoções para cumprimento das exigências da área do Ministério, até mesmo quando se reclamou cooperação internacional para equacionamento de programas especiais.

Como parte do plano de consolidação da Capital Federal, acha-se em bom andamento o plano de mudança do Ministério para Brasília, cujo programa cuida, prioritariamente, de proporcionar residências para coincidir com as comemorações do sesquicentário do Ministério com a inauguração do prédio que finalmente abrigará todas as suas repartições.

São diretrizes que deverão nortear a ação setorial do Ministério em 1972:

I — Revisão ou Elaboração de Códigos, bem como consolidar legislação em certas áreas básicas.

II — Elaboração de Leis Complementares da Constituição e Regulamentação de Dispositivos Constitucionais, tais como: regiões metropolitanas (Art. 164); criação de Municípios (Art. 14); criação de Estados e Territórios (Art. 3.º); remuneração de vereadores das Capitais e Municípios com população superior a 200.000 habitantes (Art. 15, § 2.º); regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais (Art. 167); definição dos crimes de responsabilidade e infrações político-administrativas dos Prefeitos e cassação ou extinção dos mandatos de vereadores; contribuição de melhoria; loteamento e uso do solo urbano e outros. Nesse campo, objetivar-se-á implantação de procedimentos para reformular a estrutura das unidades políticas do sistema municipal brasileiro, avaliá-las institucionalmente em face da realidade do País, redefinir-lhes a respectiva competência, possibilitar o reexame da discriminação de rendas e proporcionar a assistência técnica permanente por parte do Poder Central.

III — Ampliação da Justiça Federal em seus dois graus; da Justiça do Trabalho, com novas juntas; e da Justiça Militar, com aparelhamento para cumprir seus objetivos, notadamente quanto aos crimes contra a segurança nacional.

IV — Reorganização do Ministério Público da União, com instalações condignas e instrumental necessário para seu funcionamento e sua atuação junto à Justiça Federal e dos Territórios, bem como junto à Justiça do Trabalho e Militar.

V — Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal para ação mais eficiente na execução dos servi-

cos de polícia marítima, aérea e de fronteiras.

VI — Instalação e aparelhamento do Departamento Nacional de Trânsito.

VII — Programa de assistência às penitenciárias estaduais.

VIII — Reorganização da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público.

IX — Programa de assistência a menores, a cargo da FUNABEM.

Marinha

Grande foi a movimentação das unidades navais em cumprimento ao Plano Geral de Adestramento da Marinha, envolvendo em operações não só outras Forças Armadas, mas também Marinhas de outros países, propiciando, assim, mostrar a nossa Bandeira em vários portos estrangeiros e nos reafirmando como potência marítima.

Realizaram-se, em 1971, exercícios mais avançados, durante a Operação Unidas II, permitindo treinamento mais próximo da realidade numa guerra anti-submarina noturna.

Enumeram-se entre os Comissões, Manobras e Exercícios das Forças Navais, em 1971: viagem de Aspirantes da Escola Naval e Guardas-Marinha da Escola de Formação de Oficiais da Reserva; Operação "Spring-Board-71", desenrolada na área de Porto Rico, juntamente com unidades das Marinhas Norte-Americana, Canadense e Venezuelana; Operação "Unitas XII", com participação de unidades norte-americanas, argentinas e uruguaias; Operação "Dragão VII", adestramento de desembarque anfíbio, realizada na área de Cabo Frio; Operação "Veritas IV", adestramento de desembarque anfíbio, com a participação de contingentes norte-americanos; Operação "Rio Apa", em conjunto com a Marinha Paraguaia; viagem de instrução para os alunos da Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro; viagens de adestramento de Aprendizes Marinheiros das Escolas da Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco e Espírito Santo; Operações de fundo sócio-assistencial de apoio aos Projetos Rondon e Mauá, de auxílio às populações ribeirinhas da Amazônia, e de ação social nas cidades de Aruamã, Bandeirantes e Porto Luis Alves, localizadas ao longo do rio Araguaia; Missões de apoio às experiências científicas de controle da poluição; Missões de apoio aos lançamentos de foguetes da Barreira do Inferno; Missões de representação com visitas a Iquitos, Paraguai e Leticia.

Atenderam os navios da Força de Transportes não só às necessidades da Marinha, mas também às solicitações das demais Forças Armadas e de órgãos das Administrações Federal, Estadual e Municipal.

Suplementaram as atividades de transporte da Marinha Mercante inúmeras viagens comerciais, no Brasil e no exterior, enquanto realizaram operações de abastecimento às várias ilhas oceânicas os demais navios da Marinha, sediados nos Distritos Navais.

Executaram-se 12 missões de Patrulha Fluvial e 106 de Patrulha do Mar Territorial, das quais 61 na Área Norte, 31 na Área Centro e 14 na Área Sul.

As operações de socorro e salvamento, na costa e em alto-mar, atingiram o total de quarenta e quatro, compreendendo reboques, busca e salvamento, e desencalhes. Inúmeras foram as realizadas por embarcações menores em águas interiores.

Foram incorporados os cinco últimos Navios Patrulha-Costeira da série de unidades construídas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, bem como dois Avisos Hidrográficos, dois Navios Varredores construídos na Alemanha, um Navio Desembarque de Carros de Combate cedido pela Marinha Americana, e dois rebocadores adquiridos à Companhia Costeira.

Criaram-se as seguintes organizações militares no exercício de 1971: "Centro de Instrução de Fluviais em Pirapora"; "Centro de Instrução Almirante Graça Aranha"; "Comissão Naval Brasileira na Europa"; e "Prefeitura Militar do Campo da Ilha da Marambaia".

Prosseguiu a implantação da Estrutura Básica do Ministério da Marinha, em consonância com o Decreto-lei n.º 200 — Reforma Administrativa, aprovando-se, para isso, novos Regulamentos e Regimentos Internos.

Funcionou satisfatoriamente o Plano Diretor, como instrumento de planejamento da Marinha.

Complementando medidas anteriores para possibilitar melhor sistema de carreira do pessoal civil, ampliaram-se as possibilidades de promoção e acesso de 2.055 funcionários, cujo Quadro é de 13.738 cargos ocupados e 7.940 vagos.

Recursos substanciais foram aplicados, em 1971, na assistência educacional, tanto aos militares e civis, quanto aos seus dependentes, proporcionando-se cursos diurnos e noturnos a 3.574 alunos e distribuindo-se 2.383 bolsas-de-estudo.

A Assistência Médico-Social da Armada apresentou, em 1971, número de atendimentos e exames bem superior ao de 1970, principalmente fora da área do Rio de Janeiro, colaborando também no atendimento às populações ribeirinhas das bacias Amazônica, do São Francisco e do Paraguai.

Dentre as inúmeras obras civis concluídas ou iniciadas em 1971, ressaltam as que se realizam na Base Naval de Aratu, no Arsenal de Marinha

do Rio de Janeiro, na Base Almirante Castro e Silva, no Centro de Sinalização Náutica e Reparos Almirante Moraes Rego, nas áreas situadas na Avenida Brasil entre a Escola de Marinha Mercante e o Quartel de Marinheiros, na Base Naval de Natal, na Base Naval de Val-de-Cás, na Base Fluvial de Ladário, na Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, e ainda a construção e aparelhamento dos laboratórios de Resistência dos Materiais, a implantação do Centro de Processamento de Dados, a conclusão da garagem de barcos da Escola Naval, do pier no Centro de Instrução de Marítimos Almirante "Graça Aranha", construção de ginásio para esportes no Colégio Naval e conclusão das obras do auditório da Escola de Guerra Naval.

Executaram-se, em 1971, inúmeras atividades de pesquisas nos setores de interesse civil quanto militar, marinha, eletrônica, nucleônica, oceanografia física, química e sonar, tanto de interesse civil quanto militar.

A Marinha procura interessar nossa indústria nos campos de atividades militares que lhe são específicos, com a busca da nacionalização progressiva do material e o desenvolvimento de protótipos de vários equipamentos, visando à produção em série e à padronização. Está previsto para junho de 1972 o batimento da quilha da primeira fragata a ser construída no Brasil, enquanto prosseguem 12 projetos de desenvolvimento de equipamentos eletrônicos na indústria nacional.

O crescimento da frota mercante nacional, dos estaleiros navais e das atividades de pesca determinou fosse incrementada a formação de técnicos para as várias atividades marítimas.

Exército

Prosseguiram, no Ministério do Exército, em 1971, os programas em curso no exercício anterior, calcados na Meta Estratégica estabelecida e nos Objetivos Gerais a atingir.

Aumentou o rendimento do Exército como instrumento de segurança e garantia da política nacional de desenvolvimento, com sua reorganização administrativa e operacional, reaparelhamento, aperfeiçoamento do ensino e da instrução do pessoal, e os exercícios e manobras que incrementaram o adestramento das unidades.

Dentre outras realizações, merecem ainda destaque:

- criação e organização dos Departamentos de Material Bélico e de Engenharia e Comunicações;
- reorganização do Departamento Geral do Pessoal e do de Provisão Geral, que passou a Departamento Geral de Serviços;

- racionalização da máquina administrativa no setor financeiro, de contabilidade e auditoria;
- aceleração dos projetos essenciais; flexibilidade e dinamismo da administração, assegurados pelo Fundo do Exército;
- redução do desequilíbrio entre as despesas de "Pessoal", "Outros Custeios" e "Investimentos";
- extinção de estabelecimentos comerciais de exploração antieconômica, em guarnições militares, empenhando-se agora seu contingente na atividade-fim;
- simplificação da Administração de Pessoal, dada pelo novo Estatuto dos Militares;
- funcionalidade à seleção, formação, especialização e aperfeiçoamento de oficiais e graduados, proporcionada pela Lei do Ensino do Exército;
- arregimentação de professores de maior gabarito cultural, propiciada pela Lei do Magistério do Exército;
- modificações na estrutura de Grandes Unidades e Unidades dos I, II e III Exércitos, sem acréscimos globais nos efetivos, para ajustá-las à criação de Brigadas e à transformação de Divisões de Cavalaria em Brigadas de Cavalaria Mecanizadas, visando reduzir ao mínimo as despesas com aquartelamento;
- transferência dos principais órgãos do Ministério para o Distrito Federal, onde passaram a funcionar, em 1971, o Estado-Maior do Exército, o Departamento de Engenharia e Comunicações, a Diretoria-Geral de Economia e Finanças e a maior parte do Gabinete do Ministro. O pessoal correspondente ocupou um total de 1.477 residências;
- início de densificação da presença do Exército no Nordeste, criando-se um Regimento de Cavalaria Mecanizada na área e a transferência para lá de um Batalhão de Engenharia de Combate, da Guanabara;
- continuidade à execução do Projeto Especial de Reaparelhamento, com dispêndios correspondentes a 1% do total para o período 1970/74;
- aquisições, no mercado externo, de material não fabricado no Brasil, que importaram no empenho de cerca de 32% da parcela do Projeto para o corrente ano, já se fazendo sentir os primeiros efeitos do fornecimento às Unidades de equipamentos fabricados no País, na indústria civil e militar, além do aumento da operacionalidade, maior motivação do pessoal para o exercício da atividade-fim;
- instrução do pessoal e adestra-

mento das Unidades, objetivando manter o Exército em condições de bem cumprir suas missões na Segurança Interna e Externa. Realizaram-se exercícios e manobras até o escalão Grande Unidade em todas as áreas dos Exércitos e Comandos Militares de área, que buscaram colher experiências sobre regiões de operações de características distintas. Merecem destaque os exercícios levados a efeito no Oeste Catarinense, no Pantanal de MATO GROSSO e no NORDESTE. Para o adestramento da tropa da AMAZÔNIA, foram realizados exercícios em plena selva que consistiram de reconhecimento e ação de presença em áreas até então inexploradas;

- implantação dos Centros de Operação de Defesa Interna;
- sintonia entre os órgãos de informações e de segurança das Forças Armadas e das Polícias Federais e Estaduais, que concorreu para neutralização de alguns dos principais líderes subversivos, embora ao preço de vidas preciosas de servidores.

O Exército continuou a participar do processo de desenvolvimento, como complemento à sua atividade-fim, atuando nos seguintes setores: Educação, Pesquisa e Desenvolvimento, Levantamento e Mapeamento do Território Nacional, Transporte, Habitação e Planejamento Urbano, Assistência e Previdência, Ação Cívico-Social, Comunicação Social e Saúde.

No setor Educação, devolveu à vida civil ponderáveis contingentes de reservistas qualificados e capacitados, imbuídos de alto espírito de brasilidade, convicção democrática e crença no progresso irreversível do País. Cumpre citar a participação do Exército no ensino de nível médio, com rede de sete Colégios Militares, frequentados, no ano de 1971, por cerca de 5.800 alunos, dos quais 40% filhos de civis e apenas 20% dos concludentes orientadores para a carreira das armas. A fim de atender à educação dos filhos dos militares em área crítica, entrará em funcionamento em 1972 o Colégio Militar de Manaus. O Instituto Militar de Engenharia, estabelecimento de nível superior, manteve-se entre os mais conceituados do País, procurado por número crescente de candidatos civis, principalmente para as especialidades de Construção Civil, Física, Química, Eletricidade e Eletrônica. Participando do Plano de Erradicação do Analfabetismo, o Exército manteve em funcionamento suas Escolas Regimentais, com frequência média de 10.000 alunos e ampliou os cursos de formação de mão-de-obra qualificada para a vida civil, mediante convênios com entidades públicas e privadas.

No âmbito de Pesquisa e Desenvolvimento, construíram-se protótipos de

viaturas blindadas, utilizando a indústria nacional, as pesquisas sobre modelos de pontes militares, o desenvolvimento de mísseis livres e respectivos lançadores, e de sistemas de teledireção.

Em convênio com o BNDE, está sendo montado no Campo de Provas da Marambaia um Sistema de Rastreamento de Mísseis Táticos.

Aquele Banco também fornecerá recursos ao Instituto Militar de Engenharia para instalação de um Centro de Pesquisas de Materiais e ampliar a Seção de Processamento de Dados.

No Levantamento e Mapeamento do Território Nacional, procurou-se atender às necessidades de Segurança Nacional e de Colonização e Desenvolvimento. Em particular, realizaram-se a cobertura aerofotográfica normal da faixa de fronteira BRASIL-GUIANA, no Território de RORAIMA, e o levantamento especial das áreas das Guarnições de Fronteira e Colônias Militares em CUIABÁ-MIRIM e BRASILEIA.

No setor de Transporte, prosseguiram os trabalhos de implantação e conservação de rodovias e ferrovias, em convênio com o Ministério dos Transportes. No Nordeste, as obras das BR-020, BR-226, BR-230, BR-304, BR-316 e Tronco-1 tiveram normal andamento, a cargo do 1.º Gpt Eng Const. e, na região Norte Amazônica, o 2.º Gpt Eng Const realizou trabalhos nas BR-421, 236, 317/406, 364, 319, 174, 401 e 165. Na TRANSAMAZÔNICA e na CUIABÁ-SANTAREM, os trabalhos desenvolvem-se conforme os cronogramas fixados.

Na área de Habitação e Planejamento Urbano, continuou a execução do Plano de Construção de Residências Militares, em colaboração com o Plano Nacional de Habitação, no ano em curso, com a entrega de 641 residências para Oficiais e Sargentos. Estão em construção mais 1.396 imóveis. Em ritmo acelerado, prosseguem as obras de complementação do Quartel-General do Exército e de habitações em BRASÍLIA.

Em convênio com o IPASE, SUDAM e Ministério do Interior, o Exército construiu casas para servidores daqueles órgãos. Realizou ainda obras de saneamento em Manaus, Porto Velho, Cruzeiro do Sul e Tabatinga.

Nas atividades de Assistência e Previdência, atendeu-se a pessoal militar e civil do Exército no montante de Cr\$ 2.100.000,00. Foram ainda destinados Cr\$ 500.000,00 à aquisição de casas por ex-integrantes da FEB e Cr\$ 660.000,00 para assistência a órfãos de militares.

Aproveitando a realização de exercícios e manobras, todos os Grandes Comandos, como atividade complementar, promoveram ação cívico-social tendo como objetivos: educação moral e cívica para integração de populações afastadas dos grandes centros, prestação de serviços médico-

odontológicos e orientação agropecuária.

Por ocasião das calamidades ocorridas na AMAZÔNIA, Nordeste e Sul do País, o Exército se fez presente nas tarefas de evacuação, transporte e alimentação de vítimas.

Prosseguiu a realização de "Colônias de Férias", atividade que congregou dentro dos quartéis grande número de jovens, aproximando-os da família militar.

No que concerne à Comunicação Social, buscou o Exército acentuar, para o Público Externo, a imagem ainda pouco conhecida de uma Força Terrestre voltada, com prioridade, para sua atividade-fim.

Além do atendimento assistencial às famílias dos militares, convênios assinados com o FUNRURAL e INPS permitiram a assistência à população civil carente de recursos, pelos órgãos hospitalares desdobrados na AMAZÔNIA. Em PORTO VELHO, a Unidade militar ali localizada empenha-se na campanha de erradicação da malária.

Far-se-ão sentir, em 1972, em decorrência das medidas sobre reorganização, reaparelhamento e rearticulação, os seguintes efeitos: consolidação da reorganização administrativa, facilitada pelo funcionamento de todos os órgãos de direção setorial em Brasília, para onde se transferirão os departamentos que ainda têm sede na Guanabara; distribuição à tropa de grande volume de equipamento, em particular de material blindado adquirido no exterior, com reflexos benéficos no rendimento da instrução, no entusiasmo e na aptidão profissional dos quadros e da tropa; efetivação dos atos para funcionamento de Unidades e Grandes Unidades melhor ajustadas às necessidades da atual conjuntura.

Programam-se, para o ano de 1972, a aquisição de armamento, munição, material motomecanizado e de comunicações, e o reequipamento de fábricas, arsenais e estabelecimentos de ensino.

De acordo com o plano de transferência para Brasília, prosseguirão as obras do Quartel-General e o ritmo de construção de habitações.

Encontra-se programada a construção de quartéis ao longo da Transamazônica, para concretização da estratégia da presença da Força Terrestre nos grandes espaços vazios do território, e prosseguirão os estudos para localização de Unidades em regiões cortadas pelas grandes rodovias de integração.

O Exército manteve-se fiel à sua tradição de devotamento às tarefas profissionais, dentro de sua destinação constitucional.

A eficiência obtida no combate à subversão e ao terrorismo deveu-se, sobretudo, à valiosa experiência adquirida e à permanência na ação. Destacou-se o aperfeiçoamento da

coordenação entre os órgãos federais e estaduais de segurança interna.

Os recursos financeiros postos à disposição do Exército permitiram-lhe imprimir ritmo crescente à sua modernização — reaparelhamento e reorganização — com aplicação quase total dos fundos recebidos.

As medidas adotadas em 1971 aumentaram a capacidade do Exército para o cumprimento de suas missões. As ações previstas para 1972 darão continuidade à execução do planejamento, com ênfase no reaparelhamento e adestramento das unidades.

Aeronáutica

Registrou-se, em 1971, acentuado desenvolvimento dos setores — Força Aérea, Indústria Aeronáutica e Aviação Civil, refletindo o acerto das medidas consubstanciadas na política do Governo.

Prosseguiram os esforços para modernizar o equipamento da Força Aérea Brasileira, voltando-se o Ministério, primordialmente, para a Indústria Aeronáutica Nacional. Iniciou-se a fabricação de 120 aviões Xavantes — jato puro, seis dos quais já se encontram atualmente em testes nas Unidades operacionais da FAB. Aham-se em fase de fabricação em série 80 Bandeirantes — turbo-hélices, encomendados à Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), e ainda 150 Universais, à Companhia Construtora Neiva, além de aviões Ipanema para agricultura e planadores Urupema.

Esses são resultados do apoio governamental à Indústria Aeronáutica, de cuja tecnologia se vêm beneficiando outras indústrias do País.

Com a programada modernização de equipamento, o índice de obsolescência da FAB decrescerá de 37 para 8%.

Quanto à rede aeroportuária e serviço de proteção ao voo, fizeram-se os seguintes investimentos nos aeroportos: de Brasília, já inaugurado — modernizar o equipamento da Força Aérea — Cr\$ 67.000.000,00; do Galeão — Cr\$ 75.000.000,00; e de Manaus — Cr\$ 13.000.000,00, a se concluírem os dois últimos, respectivamente, em 1973 e 1974. Para a mesma infra-estrutura aeronáutica, investiram-se na Região Amazônica Cr\$ 120.000.000,00.

Elaboram-se estudos para contratar projetos de implantação de sistema de Defesa Aérea, no prazo de quatro anos, e de acordo com a mais avançada tecnologia adotada nos países desenvolvidos, com aquisição de radares de rotas e equipamentos, a fim de atender às necessidades operacionais do Comando de Defesa Aérea e melhorar a infra-estrutura do Controle de Tráfego Aéreo nas Áreas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

Paralelamente a várias providências no campo da Assistência Social, cuidou-se de elevar o nível técnico-profissional do pessoal do Ministério,

visando melhor aproveitar as recentes ou futuras aquisições de equipamentos sofisticados.

No setor de formação e aperfeiçoamento de pessoal, foram expressivos os resultados obtidos pela Escola de Especialistas de Aeronáutica, Escola Preparatória de Cadetes, Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, Centro de Formação de Pilotos Militares e Academia da Força Aérea.

Contribuição decisiva para o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) tem dado a Aviação Civil brasileira, notadamente a Indústria de Transportes Aéreos, cujos resultados superam a expectativa, com aumento de 18% no setor internacional e 21% no doméstico, relativamente a 1970.

Melhoria não menos substancial verificou-se também nos resultados financeiros. No transporte doméstico, onde as despesas praticamente se igualavam às receitas, obteve-se rentabilidade de 5%, e, no internacional, a taxa se elevou a 11% contra 6% do ano anterior.

O aumento de 25% na frota de aviões a jato, dotados de melhores características, reduziu os custos por unidades transportadas e padrões de conforto e velocidade mais elevados.

Os serviços de táxis-aérea proporcionando ligações entre localidades de baixa densidade de tráfego, alcançaram surpreendente ritmo de expansão, registrando-se aumentos de ... 19,5% no total de quilômetros voados e 42,5% na receita.

No desempenho de suas atribuições, realizou a Força Aérea Brasileira mais de 200.000 horas de voo, incluindo-se as não especificamente militares, tais como as de transportes para autoridades da Administração, apoio ao Projeto Rondon, Operação Rombe Selva, transporte de passageiros do Correio Aéreo Nacional e de toneladas de equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Declaro cumpridas as finalidades da presente sessão.

Cabe-me anunciar que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal farão realizar suas sessões ordinárias segunda-feira, dia 3, nas horas regimentais.

Quero expressar a gratidão do Congresso Nacional às excelentíssimas autoridades que se dignaram comparecer a este ato solene, expressando também os meus agradecimentos às Lideranças da Maioria e da Minoria, graças a cujo esforço estão aqui maciçamente Deputados e Senadores na Sexta-Feira Santa, dando início aos árduos trabalhos parlamentares.

Declaro encerrada a sessão. (Palmas.)

(*Leranta-se a sessão, às 10 horas e 50 minutos.*)

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20